
5.3 MEIO ANTRÓPICO

5.3.1 Metodologia

Do ponto de vista da socioeconomia, a opção metodológica adotada privilegiou a possibilidade de representação espacial dos processos socioambientais identificados. Desse modo, todas as análises realizadas resultaram da associação entre uma base de dados secundários - presente no Censo Demográfico, na documentação obtida através de pesquisa realizada junto às principais instituições que atuam na área e na bibliografia disponível sobre a região - e as informações advindas de uma pesquisa direta realizada - pesquisa de âmbito quantitativo (questionários) e de âmbito qualitativo (análise motivacional), ambas de caráter amostral.

Tendo em vista conhecer a repercussão socioeconômica do empreendimento, privilegiou-se a interpretação dos dados em três dimensões, definidas a seguir.

A primeira é dedicada à compreensão do que se nomeou área de abrangência, capaz de indicar as principais especificidades da dinâmica territorial regional. Como área de abrangência, definiu-se aquela portadora dos principais processos socioespaciais que configuram a região como um todo: o extremo sudoeste da Região Centro-Oeste, mais precisamente, uma porção do Estado de Goiás e parte do Estado de Minas Gerais, mais especificamente a região denominada Triângulo Mineiro, onde destaca-se a presença dinâmica do município de Uberlândia.

A segunda é voltada para o detalhamento da Área de Influência Direta (AID), que abrange a área diretamente afetada pelo empreendimento (áreas de obras e inundação). Além disso, considerou-se, tendo em vista as repercussões do empreendimento, a porção territorial jusante do barramento, constituída pelas propriedades ribeirinhas do município de Davinópolis.

A terceira é referente à Área de Influência Indireta (AII), identificada como aquela cuja organização social e dinâmica territorial tangenciam e/ou permitem a compreensão dos processos socioeconômicos que ocorrem na Área de Influência Direta (AID). Nela, destaca-se a totalidade dos municípios goianos de Catalão, Campo Alegre de Goiás, Cristalina, Davinópolis, Ipameri e o município mineiro de Paracatu.

Uma vez definidos os parâmetros espaciais acima mencionados, os procedimentos metodológicos adotados consideraram três “categorias de análise”, a seguir definidas, capazes de dar conta da compreensão dos múltiplos aspectos constitutivos da realidade social investigada.

- **Formas de organização da vida social** - voltada para a compreensão de como os grupos sociais na área de estudo se organizam e acionam determinadas estratégias de sobrevivência.

Para a caracterização da população atingida pelo empreendimento, realizou-se uma pesquisa amostral de caráter quantitativo (questionário - com unidades familiares) e qualitativo (entrevistas). Essa pesquisa privilegiou os seguintes atores sociais: unidades familiares ribeirinhas - proprietárias e não proprietárias, lideranças, representantes do poder público local, comerciantes e população trabalhadora. As informações daí decorrentes permitiram a construção de uma tipologia segundo os grupos de interesse identificados, grupos esses referentes às formas de organização e às estratégias de sobrevivência disponíveis, bem como as expectativas e motivações suscitadas pelo processo de mudança advindo com o empreendimento.

- **Organização e dinâmica territorial** - que informa a lógica da organização do território, enquanto produto da ação do Homem transformando a Natureza e criando formas espaciais diversas sobre a superfície terrestre ao longo do tempo.
- **Base econômica** - referente às atividades econômicas significativas e aos recursos ambientais, que se constituem em potencialidades e suporte para as atividades econômicas futuras.

5.3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA

a. Histórico da Ocupação

O processo histórico de ocupação da região dos estudos ocorreu em movimentos distintos no tempo e no espaço, a seguir descritos.

- (1) Do rastro do ciclo do ouro na região de Paracatu, a partir do século XVI

Diversas bandeiras paulistas desbravaram o território das *Minas de Goyaz* e revelaram a existência de riquezas minerais na região. O nome Goyaz foi atribuído ao contato inicial com os indígenas denominados “goyás” ou guaiases, habitantes da região onde seria fundada a futura capital da província, Vila Boa, atual cidade de Goiás. Segundo fontes históricas, esses índios costumavam utilizar pedaços de ouro bruto como adornos, e, por isso, prestaram valiosas informações aos bandeirantes sobre a existência desse mineral na região.

Uma das primeiras bandeiras de que se tem registro data de 1592 e foi liderada por Sebastião Marinho, proveniente de São Paulo. Ainda naquela década, e também vindo de São Paulo, Domingos Rodrigues seguiria com outra bandeira, que chegou ao rio

Tocantins tomando o caminho que atravessava o Paranaíba, prosseguindo pelo espigão do rio São Marcos. Diversas outras bandeiras, depois, entraram em contato com os índios bilreiros, que seriam os kayapó, ocupantes de vasto território à época da conquista portuguesa. Os Kayapó eram denominados pelos Tupi como Ybirajara ou Ibirajara, enquanto os cronistas os chamavam de Bu, Bilreiro ou Caceteiro. Segundo TURNER (1992:310), o termo Kayapó é de origem tupi (= “como macaco”), sendo que os kayapó dão a si mesmos o nome de mebengokre (= “gente do espaço dentro da(s), ou entre a(s) águas”). Porém, há outra tradução para a terminologia tupi, citada por ATAIDES (1998:68), em que a palavra “Caia – pó” significa o que traz o fogo na mão, tribo de índios incendiários. Esse território kayapó é descrito de acordo com os seguintes limites:

“A oeste, possuíam um enorme reduto em Camapuã, no Mato Grosso do Sul; a norte, na região entre o Xingu e o Araguaia, em terras do Pará; a leste, seu território alcançava a beira do rio São Francisco, distrito das Minas Gerais, e, ao sul, atingia as terras entre os rios Paranaíba e Pardo, em São Paulo” (In: PEDROSO, 1994:19).

Por esta descrição, se pode concluir que a distribuição desse grupo indígena era bastante ampla e englobaria várias aldeias relacionadas ao mesmo tronco lingüístico, os macro-jê, ao qual os kayapó estão filiados. Em fins do século XIX, foi proposto dividir esse grupo entre os kayapó do norte e do sul, observando-se que estes últimos haviam desaparecido ainda à época da conquista, no século XVIII.

Nesse período, também se empreenderam diversos combates contra os Kayapó, particularmente os do sul, para possibilitar a ocupação portuguesa do território, já que muitos locais foram abandonados pelos mineradores, em função de seus ataques. Um exemplo seria o do Arraial de Santa Luzia (atual Luziânia), fundado por mineradores provenientes de Paracatu. Nessa região, que fazia parte do julgado de Santa Cruz (que englobava todo o sudeste goiano), há referências a lavras de diamantes nos rios São Marcos e Piracanjuba.

(2) Da penetração das entradas e bandeiras nas primeiras décadas do século XVIII

Esses movimentos adentraram pelos sertões, objetivando a captura de mão-de-obra indígena e a busca de riquezas minerais. É importante destacar que no município de Catalão ocorre, na atualidade, um debate em torno de seu processo histórico de ocupação, debate esse que envolve uma tendência que compartilha das informações aqui mencionadas e outra que defende a tese de que a ocupação e, principalmente, a criação e origem do sítio urbano ocorreram com a expansão das atividades agropecuárias dos mineiros, a partir do ano de 1800.

Considerou-se ocupado o território goiano, oficialmente, com a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, no ano de 1722. Essa expedição foi um marco para as novas entradas destinadas ao território goiano e teria seguido, provavelmente, o caminho das bandeiras anteriores: partindo de São Paulo, atravessando o rio Grande e o rio Paranaíba, na altura de Catalão, e alcançando a área onde seriam encontradas diversas minas de ouro e fundada a futura capital, Vila Boa, no ano de 1725. A necessidade de ocupar a região era concreta e começariam a surgir pequenos arraiais para dar apoio aos mineradores e viajantes, sendo implantadas pequenas lavouras de subsistência. O contato com o gentio tornou-se mais constante e criou uma série de problemas para os portugueses, além das grandes distâncias e das dificuldades de acesso à região aurífera.

Por isso, a atividade mineradora trouxe grandes transformações para a ocupação do território e envolveu determinadas estratégias para assegurar à corte portuguesa a tarifação sobre a extração do ouro. Em 1732, o Governador da Capitania de São Paulo, o Conde de Sarzedas, determinou que a única via oficial para as minas de Goiás seria aquela que saía de São Paulo por Jundiá (a trilha seguida por Bartolomeu Bueno).

Outra medida tomada pela coroa foi a criação da Província de Goiás, no ano de 1744, separando-a de São Paulo e tendo como limite territorial o rio Grande. Diversos registros foram estabelecidos para o controle de saída e entrada de riquezas, escravos e demais produtos. Destacam-se, para este estudo, os dos Arrepêditos e o do rio São Marcos, que estavam nos caminhos que ligavam a região de Minas e São Paulo à Vila Boa.

Relatos de viajantes entre 1743 e 1747 registram, dada a presença da atividade itinerante do garimpo manual, a “Picada de Goiás”, que saindo de Vila Rica passava por Pitangui e Paracatu (ainda hoje existe, na cidade de Paracatu, uma rua “Goiás”, que coincide com a saída dessa antiga “picada”), ainda em Minas, prosseguindo, já em Goiás, através de Santa Luzia, Santo Antônio dos Montes Claros e Meia Ponte, rumo a Vila Boa de Goiás.

O combate aos grupos indígenas era, nesse momento, um assunto controverso do ponto de vista da administração colonial. Ao mesmo tempo que determinava a pacificação dos índios e sua assimilação à sociedade como mão-de-obra, o governo da Província, na pessoa de Dom Marcos de Noronha, solicitou os serviços de um conhecido sertanista, Antônio Pires de Campos, para comandar uma expedição de combate aos Kayapó. Sob seu comando, estavam cerca de quinhentos Bororo, vindos do Mato Grosso e, para organizar a luta, foram criados três aldeamentos na área que hoje corresponde ao Triângulo Mineiro, onde se instalaram esses indígenas. Esses aldeamentos teriam um caráter basicamente militar, estrategicamente localizados às margens do caminho que ligava São Paulo a Goiás.

Essas investidas contra os índios refletem a realidade da política adotada pelos governos provinciais em relação ao gentio no período, aprovando-se guerras e inclusive criando uma Companhia de Pedestres (no ano de 1743) destinada a perseguí-los. Esses combates surtiram o efeito esperado, pelo menos inicialmente, eliminando a ameaça indígena. Mais tarde, entretanto, os ataques ainda continuariam, instaurando a insegurança entre os colonizadores portugueses. Os Kayapó do sul eram os mais violentos dos grupos indígenas regionais e chegaram a impedir o trânsito na estrada de São Paulo a Goiás.

Na segunda metade do século, a influência da administração pombalina começou a se fazer sentir nas decisões governamentais e, a partir daí, a política de aldeamentos indígenas seria adotada, propondo a integração do índio à sociedade colonial, mas sempre visando sua utilização como mão-de-obra. A decadência do ouro já começava a ser notada e as novas atividades econômicas necessitariam de braços para apoiá-las.

Finalmente, no ano de 1780, os Kayapó teriam sido definitivamente retirados do sul da Capitania e alojados na Aldeia de Maria I, onze léguas a sudeste de Vila Boa. Dali seriam transferidos, muito tempo depois, em 1813, para outro Aldeamento, mais ao norte, com o nome de São José de Mossâmedes.

(3) Da trajetória da população de escravos semi-libertos iniciada, por volta de 1820, em Vila Rica de Ouro Preto, passando por São Domingos (hoje Araxá), depois Paracatu, Santo Antônio do Rio Verde (Goiás) até chegar a Catalão

Os registros indicam que a trajetória até Paracatu foi orientada pela busca de ouro, sendo, a partir daí, direcionada para o trabalho nas lavouras de café, inicialmente na Fazenda Santo Antônio dos Casados, atual município de Ouvidor, e depois disseminada para outros locais.

Na realidade, em fins do século XVIII, o ouro já estava em plena decadência, o que acabou por esvaziar a Capitania de Goiás. As novas formas de ocupação se ligavam a atividades agropastoris e, à medida que os grupos indígenas iam sendo retirados, diversos núcleos de ocupação iam se estabelecendo. A criação de gado teve destaque no sul da capitania, dando origem a diversos arraiais, entre eles os de Campo Alegre, Ipameri e Catalão, já na passagem para o século XIX.

A decadência do ouro também fez com que o contingente de escravos africanos estabelecido na Capitania de Goiás fosse transferido para a atividade agropecuária. Na porção sul, com o predomínio da pecuária, a agricultura era tipicamente de subsistência, mantendo-se o cultivo de milho, feijão, arroz, mandioca, açúcar, algodão, café, fumo e outros produtos para o comércio local. O sistema escravista, diante desse

novo quadro de ocupação, perdeu sua característica rígida e adaptou-se às novas condições socioeconômicas.

Várias cidades, como Paracatu, Catalão e Araxá (que então fazia parte de Goiás), tiveram a participação marcante dos africanos na constituição de sua população. Em Paracatu, os negros foram absorvidos no período aurífero e ali se mantiveram após sua decadência. Em Araxá, a origem do povoamento teria ocorrido a partir da aglomeração de negros fugidos das Minas Gerais e, em Catalão, há controvérsias sobre a concentração de africanos, pois uma interpretação identifica a vinda de escravos libertos para o município e outra trabalha com a hipótese de que a origem do município estaria ligada ao estabelecimento de um quilombo na região, dando pistas de um processo semelhante ao ocorrido em Araxá.

Em 1809, a província goiana foi dividida em duas comarcas, a do sul e a do norte. Em 1819, a comarca do sul incluía os julgados de Vila Boa, Crixá, Pilar, Meia Ponte, Santa Luzia e Santa Cruz, este último englobando a maioria dos municípios de interesse neste histórico, que são Catalão, Campo Alegre, Davinópolis e Ipameri.

A pecuária tornou-se, então, a atividade principal, favorecida pelas áreas propícias para pastagens. E os negros foram assimilando essa nova atividade econômica, passando a agregados nas fazendas, uma vez que o uso do trabalho escravo era inadequado para uma cultura de subsistência. Segundo SALLES (1981:68), o depoimento dos historiadores sobre a Abolição da Escravatura em Goiás indica que este fato produziu um impacto pouco significativo sobre o contexto social, pois os escravos já estavam nele inseridos de forma subalterna e periférica, bem diferente daquela em que se encontravam no auge do ouro.

A presença africana estaria definitivamente marcada naquela região nas atividades religiosas. Dentre elas, destaca-se a festa do Rosário, típica da Cidade de Catalão e também registrada na região de Paracatu, desde o início do século XIX.

A mudança para a atividade agropastoril reorienta as iniciativas governamentais, no sentido de favorecer o processo de ocupação. A restrição em relação à abertura de novos caminhos ligando as províncias, com o intuito de dificultar o contrabando e facilitar a fiscalização do transporte do ouro goiano, tornou-se, nesse momento, um sério obstáculo para o comércio dos produtos agrícolas e do gado. Desse modo, a abertura de novas estradas deu novo alento aos arraiais existentes e muitos tiveram seu desenvolvimento atrelado a essas vias de comunicação, particularmente no sudeste goiano.

A fronteira com Minas Gerais, a partir de 1816, foi modificada, e Goiás perdeu para Minas Gerais a porção correspondente ao chamado Triângulo Mineiro. Novos

contextos sociais foram se estabelecendo, reunindo as diferentes etnias para formar a sociedade regional. Como bem esclarece SALLES (1981:86-88):

“A necessidade de enfrentar novos processos de trabalho uniu a população que se congregou nos labores comuns. Os costumes africanos, indígenas e portugueses interpenetraram-se sob a égide do matizado claro da pele.

(...) A região prosperou com lentidão, e os remanescentes do ouro, unidos às correntes migratórias atraídas pela lavoura e o pastoreio, pincelaram-lhe feições próprias”.

No decorrer do século XIX, novas migrações de fazendeiros mineiros, paulistas e de nordestinos povoaram a região. Os “geraes”, como são denominados os mineiros, estruturaram as fazendas no sul goiano e estabeleceram uma nova forma de distribuição populacional, centrada no ambiente rural. O espaço urbano se manteve estagnado, concentrando apenas as atividades religiosas e administrativas e um modesto comércio.

A implantação da ferrovia, na transição para o século XX, traria novas orientações ao desenvolvimento regional, destacando determinados municípios em detrimento de outros. Os municípios de Ipameri e Catalão seriam beneficiados pela implantação da via férrea. Em contrapartida, a antiga sede do Julgado, Santa Cruz, foi uma das que mais perdeu, caindo no ostracismo (com a passagem da ferrovia por Pires do Rio, Santa Cruz ficou afastada do traçado, sendo prejudicada economicamente).

Nesse momento, a caracterização da região sudeste de Goiás passou a ser predominantemente rural, destacando os municípios próximos das vias principais de acesso como locais de passagem para os grandes centros do interior do Estado. Nesse contexto, Catalão era um dos principais núcleos populacionais e de seu território seriam, mais tarde, desmembrados os municípios de Campo Alegre, Ipameri e Davinópolis.

Em linhas gerais, pode-se deduzir que, até 1960, a região podia ser considerada como um acentuado vazio demográfico que estabelecia tênues relações comerciais com os principais centros do país. Algumas localidades, que seriam as mais antigas no processo de estabelecimento da atividade pastoril, se associavam também aos caminhos de tropeiros vindos de Minas Gerais. As passagens pelo rio São Marcos marcavam algumas concentrações deste tipo e ali podia ser visto um número maior de construções, usualmente associadas ao estabelecimento de uma grande fazenda, como ocorre em Vista Alegre, nas proximidades do ribeirão Castelhana, município de Cristalina, e em Rancharia, município de Campo Alegre, onde os dados históricos

apontam para uma tentativa infrutífera de se constituir um arraial, o de Nossa Senhora da Conceição. As indicações da existência de mocambos poderia ser associada à presença de escravos ou libertos ali concentrados.

A toponímia, que pode ser um elemento para compreender o processo histórico da ocupação através dos nomes das localidades, como também dos cursos fluviais, aponta para o predomínio da agropecuária na região. São comuns os locais denominados Retiro, além de existirem córregos com o nome de Quebra-Chifre, do Peão, da Invernada e Rancharia. Outros nomes sugestivos das atividades econômicas tipicamente rurais se associariam aos córregos com os nomes de Engenho, da Telha e Barreiro.

Atualmente, a região abrangida pelo empreendimento ainda guarda as influências da ocupação rural, com centros urbanos bastante distanciados entre si, em fazendas de grandes dimensões e com pouca concentração populacional. Entretanto, sua dinâmica encontra-se modificada, principalmente após a construção de Brasília e com seus desdobramentos nos termos da implementação de novos eixos rodoviários e das políticas de valorização das áreas do cerrado. Nesse contexto, o povoamento dessa região foi se consolidando progressivamente, o que pode ser observado a partir da década de 70. Nesse momento, a estratégia de integração da Amazônia ao restante do país (Plano de Integração Nacional – PIN/1970) definiu um conjunto de ações que iriam repercutir diretamente sobre a dinâmica da área de estudo, principalmente nos termos da substituição da agricultura de subsistência e da pecuária extensiva por unidades agropecuárias modernas e com tendência à especialização.

O detalhamento de como o processo histórico de ocupação aqui mencionado se reflete nos principais traços que dão feição, hoje, aos municípios integrantes da área de estudo, indica que o município de Catalão era, nos primórdios, constituído pelos distritos de Santo Antônio do Rio Verde, Ipameri, Corumbaíba, Goiandira, Ouvidor, Três Ranchos e Davinópolis. Atualmente, apenas o primeiro, localizado numa área agrícola altamente mecanizada, permanece como distrito desse município, que possui ainda três povoados: Pires Belo, ao norte, e Olhos D'Água e Pedra Branca, ao sul, próximos ao rio Paranaíba. A observação mais detalhada da dinâmica territorial desse município sugere seu papel de polarizador da demanda de seus antigos territórios, hoje emancipados, o que lhe confere centralidade em todos os processos socioeconômicos regionais. Segundo informações coletadas, a história do município de Catalão pode ser demarcada em três momentos históricos: o primeiro, marcado pelas características interioranas típicas das sociedades agrárias; o segundo, centrado no intenso desenvolvimento das atividades de mineração (a partir de meados da década de 70) e o terceiro, mais recente, voltado para o incremento das atividades industriais.

A observação do processo histórico de ocupação do território e seus desdobramentos político-administrativos, nos termos da criação de novos municípios ao longo do tempo, sugere a expansão da fronteira agrícola associada à incorporação de novas áreas ao processo de produção dos principais centros do país. As terras do cerrado tornaram-se atraentes para os investimentos em grandes lavouras, uma vez que ficaram acessíveis a partir da implantação de estradas e meios de comunicação. Ainda que a região experimente esse processo numa escala menos intensa do que em outras áreas do país, é possível observar que, atualmente, seu processo de ocupação, aqui comentado, permite identificar processos associados às dinâmicas de Brasília e Goiânia (ao norte da região, municípios de Cristalina e Paracatu) e do Triângulo Mineiro, centrada no município de Uberlândia, que ocupa lugar estratégico na ligação com as regiões Sul e Sudeste (porção sudoeste de Goiás, especialmente o município de Catalão).

b. Aspectos Demográficos

A análise demográfica dos municípios que fazem parte da Área de Influência Indireta (All) do empreendimento foi realizada com base nos dados censitários do IBGE, abrangendo o período de 1970 a 1996 e, ainda, na estimativa da população total de 1998. Esses dados permitem caracterizar a dinâmica demográfica recente da área e as principais características populacionais dos municípios.

Conforme estabelecido anteriormente, a All é composta pelos municípios de Campo Alegre de Goiás, Catalão, Cristalina, Davinópolis e Ipameri, pertencentes ao Estado de Goiás, e Paracatu, no Estado de Minas Gerais. Esses municípios compõem, dentro de seus respectivos Estados, regiões de baixa concentração populacional, cujo processo de ocupação foi marcante durante o período da colonização e, posteriormente, com a abertura de importantes vias de acesso.

(1) Densidade Demográfica

Com uma população de 194.912 habitantes e uma superfície de 25.596 km², os municípios que compõem a região em estudo, apresentaram em 1998, uma densidade demográfica média de 7,6 hab/km², inferior aos índices apresentados nos Estados de Goiás, com 13,9 hab/km², e Minas Gerais, com 29,1 hab/km² (Quadro 5.3-1 e Figura 5.3-1).

Em nível municipal, observa-se que a evolução dessa densidade, ao longo dos períodos analisados, se apresentou de forma semelhante. Na maioria, a densidade demográfica aumentou gradativamente, durante os períodos analisados, ao passo que em Davinópolis foi registrada diminuição.

A redução do contingente da área rural é um processo que vem ocorrendo, não apenas

nos municípios que fazem parte da área em estudo, mas em todo o território nacional. Esse fato pode estar intimamente ligado à procura de novas oportunidades, seja de empregos ou de melhores condições de vida.

(2) População Total, Urbana E Rural

Os municípios da Área de Influência Indireta do empreendimento totalizavam, em 1996, 183.491 habitantes (Quadro 5.3-2). No entanto, de acordo com as estimativas realizadas pelo IBGE para o ano de 1998, a região em estudo sofreu um aumento de 11.421 habitantes. Desse efetivo, cerca de 24%, 30% e 32% pertenciam aos municípios de Catalão, Paracatu e Ipameri, respectivamente. Em relação aos Estados, os municípios possuem, ainda, uma participação discreta.

Com relação à distribuição populacional, segundo o lugar de domicílio, a área em estudo possui uma certa homogeneidade quanto à sua distribuição. Os municípios apresentaram, em 1996, uma população predominantemente urbana, alcançando, alguns, taxas elevadas de urbanização, como se pode verificar nos dados de Catalão, Ipameri e Paracatu. Aliás, é importante ressaltar que a maioria dos municípios nem sempre apresentaram essa posição. Em 1970, por exemplo, a população rural exercia grande domínio, chegando a representar mais de 87 % da população total, como no caso de Campo Alegre de Goiás. No entanto, a partir da década de 80, esse quadro começou a reverter, e de forma mais intensa a partir do início da década de 90, com o incremento cada vez mais freqüente de pessoas na área urbana (Figura 5.3-2).

(3) Crescimento Populacional

Os municípios da All não se diferenciam, em seus aspectos mais gerais, do processo que ocorre nos Estados e no País, a exemplo da diminuição das taxas de natalidade, do aumento da expectativa de vida, do esvaziamento rural e do aumento das taxas de urbanização.

Durante todo o período analisado, observa-se que a população rural vem reduzindo o contingente, de forma mais acentuada, nos municípios de Catalão, Paracatu e Ipameri, enquanto que a urbana manteve comportamento diferenciado (Quadro 5.3-3 e Figura 5.3-3).

A população rural passou a registrar uma forte tendência à diminuição, devido à inexistência de motivos que determinassem a fixação das famílias na região. O êxodo rural foi, portanto, determinante na dinâmica demográfica, revelando municípios que viram suas cidades crescerem em função da falta de oportunidades no campo. Esse processo foi gradativo, culminando ao longo da década de 80 e início da década de 90, quando a maior parte dos municípios presenciou essa transformação, passando a registrar uma proporção maior de suas populações nas áreas urbanas.

(4) População Por Idade e Sexo

O Quadro 5.3-4 revela a distribuição da população por sexo e idade, a partir dos dados do Censo de 1996, cujas características básicas são apresentadas a seguir.

A distribuição etária da população da maioria dos municípios apresenta padrões relativamente homogêneos, conforme pode-se observar na Figura 5.3-4. A população mais jovem (0 a 14 anos) tem participações entre 26,2 % e 35,9 %. A população em idade produtiva (15 a 64 anos) está entre 59,7 % e 69,1 % e a população idosa (acima de 65 anos) entre 4,4 % e 6,9 %.

Os perfis, da maioria das pirâmides etárias, revelam figuras com bases que, embora alargadas, são menores que as faixas etárias posteriores. Os vértices são mais expandidos, mostrando um processo de envelhecimento da população.

De acordo com os dados apresentados, observa-se que a população masculina, na maioria dos municípios, é superior à feminina, embora seja pequena a diferença, mostrando um certo equilíbrio na distribuição.

No Quadro 5.3-5 e na Figura 5.3-5, são relacionados alguns indicadores demográficos dos municípios da área em estudo. Observa-se que a taxa de envelhecimento mostra-se, na maioria deles, superior às taxas encontradas nos respectivos Estados. Essa tendência é também registrada pelo vértice mais alargado das pirâmides demográficas, como já apresentado. O outro indicador é a razão de dependência, que é a relação de pessoas consideradas dependentes, inativas economicamente (menos de 15 anos e mais de 65 anos), e a população de 15 a 65 anos (em idade produtiva). Nos municípios de Paracatu e Cristalina, a razão de dependência, era de 67 % e 61 %, respectivamente, ou seja, para cada 100 pessoas em idade economicamente ativa, existiam, em 1996, 67 e 61 pessoas em idade economicamente inativa. Trata-se de um indicador de uma região onde o desempenho econômico é restrito, e as condições de vida desfavoráveis, propiciando à população em idade economicamente ativa a migração para outras regiões.

(5) Migração

Além do êxodo rural, que ocorre naturalmente nos municípios, onde a zona urbana, em geral, é a maior receptora, movimentos migratórios oriundos de outras localidades são também freqüentes na região em estudo, como se pode observar no Quadro 5.3-6 e na Figura 5.3-6.

Nos municípios de Cristalina e Davinópolis, o maior número de pessoas que migraram, 77,7 % e 62,5 %, respectivamente, pertenciam a outra unidade da federação. A origem desse movimento está associada, basicamente, à posição geográfica em que se

encontram. O primeiro, tendo o rio São Marcos como principal divisor, faz limite com os municípios de Paracatu e Unaí, ambos do lado mineiro, e ainda com a Capital Federal. O segundo faz divisa com os municípios de Coromandel e Abadia dos Dourados, pertencentes também ao Estado de Minas Gerais. Nos demais municípios, ocorre processo inverso, ou seja, a maior parte das pessoas que migraram é oriunda da mesma unidade da federação. Em ambos os casos, a sede do município é o local onde se fixa a maior parte das pessoas. Esse movimento ocorre, como já dito anteriormente, na busca de melhores oportunidades de trabalho e condições de vida. No entanto, considerando que são poucas as oportunidades, principalmente de empregos, oferecidas nas cidades, esse contingente tende a migrar para outros centros e, até mesmo, retornar para a área rural.

c. Atividades Econômicas

No Quadro 5.3-7 e na Figura 5.3-7, apresenta-se a participação relativa de cada setor da economia nos Estados de Goiás, Minas Gerais e nos municípios.

A estrutura econômica municipal revela, ainda, predominante dependência do Setor Primário na geração de empregos e de renda. Apesar de estarem defasados, os dados podem indicar a tendência de sua configuração estrutural.

Observa-se que a maior parte dos empregos gerados provém de atividades agropecuárias. Apesar de reduzida, a participação do setor secundário (indústrias) é importante, especialmente nos municípios de Catalão e Paracatu, que contam com empresas de destaque nacional, como a Mineração Catalão, a Cobebrás, a Ultrafértil, o Rio Paracatu Mineração-RPM e a Mineração Morro Agudo, ali localizadas em função das grandes concentrações de reservas minerais e das facilidades de transporte e escoamento da produção. Essas indústrias garantem a geração de diversos empregos diretos e indiretos, como se verá adiante.

Cabe ressaltar que essa região também sofreu os efeitos da crise econômica nacional, passando por um longo processo recessivo, que dificultou o desenvolvimento e, conseqüentemente, o crescimento econômico. Os efeitos da crise foram se estendendo por décadas, fragilizando as estruturas produtivas dos três setores da economia. No entanto, existe hoje uma grande preocupação local em diversificar/aquecer esses setores, oferecendo condições que possibilitem melhor adequação dos recursos disponíveis.

(1) Setor Primário

O espaço rural dos municípios é ocupado por estabelecimentos produtivos, ligados à agropecuária, na sua grande maioria. Para dimensionar o espaço rural através da estrutura fundiária, estabeleceu-se um critério de classificação dos estabelecimentos

agropecuários, descrito a seguir, que fosse compatível com os municípios, a partir dos dados obtidos na bibliografia existente, nas informações dos técnicos da administração municipal (Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, EMATER e nas observações realizadas na viagem de campo. São eles:

- Área inferior a 10 hectares - mini-estabelecimentos;
- Área entre 10 e 50 hectares - pequenos estabelecimentos;
- Área entre 50 e 100 hectares - médios estabelecimentos;
- Área entre 100 e 500 hectares - grandes estabelecimentos;
- Área igual ou superior a 500 hectares - macro-estabelecimentos.

Verificou-se, através dos dados apresentados no Quadro 5.3-8 e na Figura 5.3-8, a predominância das grandes e macro-propriedades nos municípios da área em estudo. Em Ipameri, propriedades com área superior a 100 hectares chegaram a representar, no último levantamento censitário, 83 % dos estabelecimentos existentes no município. Em Campo Alegre de Goiás, Cristalina e Paracatu, a maior ocupação é também de estabelecimentos com área superior a 100 hectares. Já nos municípios de Catalão e Davinópolis, os estabelecimentos com até 100 hectares são a maioria, embora ocupem menos de 20% da área.

Quanto ao uso das propriedades agrícolas, observa-se, através do Quadro 5.3-9 e da Figura 5.3-9, que os municípios possuem uma grande parcela de terras ocupadas por pastagens. Embora as pastagens ocupem extensas áreas, a pecuária existente na região em estudo é representada por um pequeno número de rebanhos bovinos, com baixa participação no cenário estadual. Os demais efetivos também pouco contribuem para melhorar essa posição, conforme observa-se no Quadro 5.3-10 e na Figura 5.3-10.

As lavouras são pouco representativas em todos os municípios, de acordo com os dados apresentados, especialmente nos municípios de Davinópolis e Paracatu. Dentre os municípios da região em estudo, Cristalina registrou uma ocupação de 15 % da área total com lavouras, o mais elevado dentre os demais, como se pode observar no Quadro 5.3-9 e na Figura 5.3-9, com os dados relativos à utilização das terras em 1996.

Dentre as principais culturas desenvolvidas na região, se sobressaem as de soja, milho e cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar, embora ocupe pequenas áreas, na região, se sobressai devido à alta produtividade alcançada, superando o rendimento das culturas consideradas essenciais, como se mostra no Quadro 5.3-11 e na Figura 5.3-11. A

maior parte da produção, entretanto, destina-se ao consumo animal. As culturas de soja e, principalmente de milho, por sua vez, vêm se sobressaindo com rendimento acima da média encontrada nos Estados. Outros produtos também de ciclo curto são cultivados na região, com destaque para o feijão e o arroz, embora este último encontre-se em franca decadência, de acordo com informações obtidas in loco. A cultura de coco, embora pouco difundida na região, vem aumentando, a cada ano, sua área de plantio, podendo vir a ser mais uma cultura de destaque, segundo informações recebidas localmente.

Além das culturas já citadas, há, ainda, muitas outras possibilidades de desenvolvimento que podem garantir uma boa produtividade, devido a alguns fatores, como: solos férteis, clima favorável, topografia plana-ondulada, regularidade de chuvas, abundância de cursos d'água, proximidade com importantes centros consumidores, ampla infra-estrutura viária para escoamento da produção e posição geográfica que pode se refletir em uma área de economia dinâmica dentro do contexto nacional, dentre outros.

É importante evidenciar que o crescimento da produtividade agrícola adveio, em grande medida, da prática, por parte dos agricultores locais, das tecnologias recomendadas por técnicos da EMBRAPA e da EMATER. Assim, a expansão da irrigação através da instalação de pivôs centrais em alguns municípios pode ser considerada como o principal fator dos ganhos de produtividade.

Dentre os principais problemas encontrados na região, nos diversos segmentos do setor agropecuário, de acordo com informações obtidas durante a viagem de reconhecimento, podem ser destacados:

- baixo nível tecnológico empregado na agricultura pelos pequenos produtores;
- mão-de-obra sem qualificação, treinamento e formação, principalmente para desenvolver atividades mais especializadas, como, por exemplo, inseminação artificial;
- manejo incorreto do rebanho bovino;
- rebanho leiteiro com baixo potencial genético;
- ausência de uma infra-estrutura de apoio na região;
- concorrência com alguns produtos importados, devido ao preço praticado;
- falta de financiamento e de definição da política agrícola, o que impede o planejamento e o investimento tecnológico;

- baixo nível de participação das organizações formais e informais nas decisões;
- falta de planejamento para solucionar os problemas comunitários.

Os municípios têm procurado adotar uma política de incentivo e apoio aos produtores rurais, principalmente aos pequenos, visando o desenvolvimento e aumento da produção municipal, tanto leiteira quanto agrícola. A cessão de máquinas agrícolas, assistência técnica, vacinas, sementes e insumos faz parte dos incentivos oferecidos.

(2) Setor Secundário

De acordo com o Quadro 5.3-7 e a Figura 5.3-7, onde apresenta-se a composição estrutural da economia dos municípios da área em estudo, as atividades secundárias registram, em todos os períodos analisados, baixos valores de produção na maioria dos municípios, demonstrando o menor peso, dentre os demais setores, enquanto atividade estratégica na economia local. O setor secundário foi também o que registrou o menor número de estabelecimentos instalados e pessoal ocupado. Catalão foi o município que teve melhor desempenho durante os períodos analisados, cenário esse que permanece até os dias atuais.

No entanto, segundo as Secretarias de Planejamento e Desenvolvimento Econômico dos municípios, uma das metas principais é divulgar os incentivos fiscais e a infraestrutura disponíveis, buscando a instalação de novas empresas nos Distritos Industriais existentes (Catalão, Ipameri, Cristalina e Paracatu) ou em outras áreas, através de parcerias com órgãos ligados diretamente à classe empresarial, como as Federações das Indústrias dos Municípios e Estados, Associações Comerciais, SEBRAE, etc.

A presença de novas instalações poderá registrar uma capacidade maior de absorção de mão-de-obra, proporcionando um volume também maior de recursos no interior dos municípios. Os recursos gerados na indústria, além de convertidos em empregos diretos, transformam-se em divisas, na medida em que permitem a elevação, de um modo geral, das receitas públicas, com o repasse de impostos, como o IPI, o ICMS e o ISS, e influem ainda na localização de novas indústrias, novos serviços e atividades correlatas.

Algumas características do setor secundário, nos municípios em estudo, são apresentadas a seguir.

Catalão

Conta com grandes empresas que atuam no extrativismo mineral, das quais podem ser destacadas:

- Mineração Catalão de Goiás Ltda: produz liga de ferro nióbio, com toda a produção destinada à exportação para países da Europa, Ásia e para os Estados Unidos, via Porto de Santos. A empresa gera 292 empregos diretos e 1.168 indiretos;
- Copebrás S/A: produz fosfato, do qual são destinados 80 % para Catalão, para produção de fertilizantes, e 20 % às empresas misturadoras de adubo em Goiás. A empresa gera 361 empregos diretos e cerca de 100 indiretos. Conforme informações da empresa, será efetuado investimento da ordem de 120 milhões de dólares, com previsão de conclusão em 2 anos, para dobrar a capacidade de produção da empresa e, conseqüentemente, a geração de novos empregos;
- Ultrafertil S/A: produz rocha fosfato, a qual é destinada às cidades de Uberaba (MG) e Cubatão (SP), para produção de fertilizantes. A empresa gera 421 empregos diretos e 250 indiretos.

O município é dotado do Distrito Minerio-Industrial de Catalão (DIMIC), situado às margens da BR-050. Possui uma infra-estrutura bem montada, com energia elétrica, esgoto, telefone, asfalto e água tratada. Atualmente, estão instaladas 09 empresas no distrito. As que têm maior destaque são:

- MMC Automotores do Brasil S/A: montadora de camionetas Mitsubishi L200, com uma produção mensal de 300 camionetas/mês, gerando 138 empregos diretos e 63 indiretos;
- Cameco do Brasil Ltda: indústria de colheitadeira de cana-de-açúcar, com capacidade instalada para produzir 3 unidades por semana, gerando 95 empregos diretos e 90 indiretos;
- Parmalat - Produtos Laticínios.

Além dessas, muitas outras indústrias (de pequeno e médio porte) se fazem presentes no município, atuando nos variados gêneros: confecção, produtos caseiros, agroindústrias, artefatos de cimento, metalurgia, cerâmica e móveis, dentre outros.

Davinópolis

O município conta com alguns estabelecimentos de pequeno porte voltados basicamente para o beneficiamento de produtos agrícolas e construção civil, sendo: 01 laticínio de resfriamento de leite e fábrica de queijo (Laticínio Davinópolis), 10 estabelecimentos que produzem polvilho e farinha de mandioca, 01 cerâmica (São Bento), 01 olaria, 01 fábrica de lajota (mantida pela Prefeitura) e 02 serrarias (01 mantida pela Prefeitura).

Campo Alegre de Goiás

Conta com a Fábrica de Aguardente Castelo Branco e com vários estabelecimentos de pequeno porte, onde se fabricam: móveis tubulares, portões, bolsas e sacolas, roupas, etc.

Ipameri

Possui diversos estabelecimentos industriais atuando nos seguintes gêneros: carpintaria, gráfica, metalurgia, panificação, pré-moldados, serralheria, torrefação, moagem e beneficiamento de grãos. O município conta com 04 cerâmicas que produzem tijolos e telhas, 04 confecções e 04 indústrias de móveis que comercializam seus produtos no município e fora dele. Existem ainda 02 empresas registradas na área de construção civil, gerando em torno de 60 postos de trabalho, conforme informações obtidas junto ao escritório local do CREA. As indústrias de laticínios e de resfriamento de leite são responsáveis pela absorção de todo o leite produzido no município, que é comercializado em Ipameri e em diversas outras localidades. Conta ainda com 01 destilaria de álcool (Destilaria Lago Azul S/A).

As reservas minerais existentes no município são, atualmente, pouco exploradas, existindo apenas 01 empresa, a BRASCAL, que produz para consumo de suas empresas coligadas (Grupo Tomazzini).

O município conta com o Distrito Industrial de Ipameri (DAIP) abrigando apenas uma cerâmica (Terraplan Indústria de Cerâmica Ltda.). Sua estrutura física merece investimentos, a fim de atingir o objetivo a que se destina.

Cristalina

Possui importantes reservas minerais, o que favorece a exploração e o beneficiamento por parte das diversas indústrias de pequeno e médio porte existentes no município. A Golaje é uma dessas empresas; dedica-se à exploração de jazidas de quartzito. Além dessas, muitas outras indústrias se fazem presentes no município, atuando em variados gêneros: confecção, produtos caseiros, agroindústrias, metalurgia, cerâmica e móveis, dentre outras.

Paracatu

As principais atividades industriais do município são a extrativa mineral e as chamadas agroindustriais. As empresas extrativas minerais mais importantes são as Rio Paracatu Mineração-RPM, de capital misto, que extrai ouro e prata, e a Mineração Morro Agudo, pertencente ao grupo Votorantim, que explora zinco e chumbo em lavra subterrânea, além de comercializar calcário como subproduto. Além dessas, existem empresas de

menor porte que mineram principalmente o calcário, abundante na região (como inaê e calminas), além de outros minerais de classe 2, como areia e cascalho. De acordo com informações obtidas na região, estaria sendo instalada em Paracatu outra empresa mineradora de ouro, encontrando-se em fase de obtenção de licença e elaboração de estudos técnicos necessários.

Além da mineração, outra atividade industrial que vem ganhando cada vez mais importância em Paracatu é a de transformação de produtos agropecuários, em especial o beneficiamento de grãos.

O município conta ainda com o Distrito Industrial, criado pela Lei Municipal 2.036/95, em 20/12/95, de acordo com o artigo 248 da Lei Orgânica Municipal. A área de 110 hectares está em fase de urbanização, segundo os padrões legais, observando as leis de parcelamento do solo e normas ambientais.

(3) Setor Terciário

As atividades terciárias registram elevados valores de produção, de acordo com os dados apresentados no Quadro 5.3-7 e na Figura 5.3-7, demonstrando seu peso na economia dos municípios.

Observa-se, através dos indicadores apresentados, que o setor presenciou, entre 1980 e 1985, uma expansão na maioria dos municípios, tanto em número de estabelecimentos quanto de postos de trabalho.

A urbanização cada vez maior dos municípios é conseqüência de um processo, em parte, engendrado pelo próprio crescimento das atividades urbano-industriais, mas cujo dinamismo econômico também se dá em função do crescimento populacional. Desta forma, a expansão dos serviços e do comércio é um reflexo do crescimento urbano que, por sua vez, proporciona a alavancagem de novas atividades terciárias.

Uma série de atividades satélites encontrará condições de mercado satisfatórias para seu desenvolvimento, na medida em que a economia vá aquecendo, tais como oficinas mecânicas, fornecedores de materiais e equipamentos, empresas de transporte de carga e/ou de serviços associados, bares, restaurantes e hotéis, serviços bancários, serviços de segurança e serviços médicos, dentre outros.

(4) Níveis de Renda

O crescimento econômico na região ainda vem acontecendo de forma gradativa e lenta, necessitando de novos investimentos para aquecer a economia local. A situação atual se reflete significativamente na distribuição da renda, como se pode observar nos dados do último Censo (IBGE-1991), mostrando que a maior parte da população vivia

com baixos rendimentos. Mais da metade dos chefes dos domicílios recebia até 2 salários mínimos e a parcela com rendimentos superiores a 10 salários abrangia menos de 5 % dos chefes dos domicílios (Quadro 5.3-12 e Figura 5.3-12).

Apesar do potencial econômico da região, que conta com áreas de interesse produtivo, localização beneficiada pela proximidade aos grandes centros consumidores e maiores facilidades de transporte e escoamento da produção, devido à significativa interligação rodoviária, os investimentos são escassos, motivando as Prefeituras locais a buscar alternativas de crescimento e geração de novos empregos.

d. Infraestrutura Disponível

(1) Educação

Ensino Pré-Escolar e de Primeiro e Segundo Grau

A infra-estrutura e a oferta de serviços educacionais na pré-escola e no 1º e 2º graus dos municípios da Área de Influência Indireta foram analisadas com base nos dados do Ministério da Educação e do Desporto. Fez-se necessária a utilização desses dados, para que houvesse a compatibilização de informações, uma vez que os dados obtidos durante visita às Prefeituras Municipais não contemplavam a mesma forma e conteúdo, para o mesmo período. A partir do material obtido, observou-se que não houve comprometimento do diagnóstico, uma vez que o sistema educacional nesses municípios não sofreu mudanças capazes de transformar a sua estrutura e as características básicas num curto espaço de tempo.

O número de estabelecimentos escolares e a oferta de matrículas para o ensino do pré-escolar, 1º e 2º Graus, assim como a distribuição dessas matrículas nas esferas pública e privada, estão relacionados no Quadro 5.3-13 e na Figura 5.3-13.

Assim como na maioria dos municípios dos dois Estados, a maior parte das matrículas oferecidas nos municípios da área em estudo é do setor público (estabelecimentos municipais e estaduais), como se pode observar nos dados apresentados.

O ensino de 1º Grau, que é de responsabilidade municipal pela nova legislação, tem sido repassado do Estado para os municípios, principalmente no que se refere ao 1º ciclo fundamental (1ª à 4ª série), de acordo com a capacidade de absorção das Prefeituras. A maioria dos municípios já tem sob sua responsabilidade um grande número de escolas, oferecendo, inclusive, o ensino regular no período noturno para o atendimento a jovens e adultos trabalhadores. Geralmente, nos locais onde não há linha de ônibus, as Prefeituras Municipais procuram auxiliar, na medida do possível, subsidiando as passagens nas localidades onde não trafegam linhas regulares e colocando ônibus e/ou outros veículos (Van e Kombi) para o transporte dos alunos.

Cabe fundamentalmente ao Estado o ensino público de 2º Grau, serviço compartilhado com estabelecimentos particulares. Nesse sentido, observa-se que a maioria dos municípios da área em estudo incorporou essa realidade, onde cerca de 66,5 % dos 9.975 alunos matriculados nesse nível de ensino estão em estabelecimentos estaduais e 24,5% na rede municipal.

Nos municípios de Campo Alegre de Goiás, Cristalina, Davinópolis e Paracatu não há escolas na área rural responsáveis pelo ensino de 2º grau. A deficiência de ensino de 2º grau na área rural fez com que a Prefeitura de Ipameri se responsabilizasse por 100% das matrículas e a Prefeitura de Catalão por mais de 70% dos alunos matriculados, ficando o restante a cargo do Estado. Na área urbana, a maior parte das escolas de 2º grau é do Estado, tendo em alguns municípios a complementação das vagas para o 2º grau em escolas municipais ou em escolas particulares.

De acordo com as entrevistas informais mantidas com representantes das administrações municipais, os serviços e equipamentos educacionais disponíveis atendem à demanda atual. Segundo os informantes, não há carência de vagas ou de professores na região, sendo considerado satisfatório o atendimento à população em idade escolar com ensino de boa qualidade. O conteúdo curricular e a qualificação dos professores são também considerados de boa qualidade.

Os problemas que poderiam surgir no sistema podem ser solucionados ou, em parte, melhorados, através da gestão e organização do ensino por parte das Secretarias de Educação de cada município, na forma de estímulo, direto ou indireto, através de campanhas elucidativas, seminários, cursos, acompanhamento dos pais quanto à educação dos filhos e outros aspectos que acabem por repercutir positivamente no ingresso das crianças na idade adequada e no seu melhor desempenho escolar.

Formação Profissional

São poucos os municípios da Área de Influência Indireta que oferecem, através de entidades públicas e privadas (SENAI, SENAC, Escolas Técnicas, etc.), cursos profissionalizantes, visando qualificar os jovens para o mercado de trabalho.

O município de Catalão é o único da região em estudo que possui uma sede do SENAI-Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e do SENAC-Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

O SENAI, instituição privada e administrada pelo setor da indústria, atende à região Sudeste do Estado de Goiás e atua nas modalidades de Aprendizagem Industrial, Qualificação, Suprimento e Assistência Técnica e Tecnologia, com as seguintes áreas de atuação:

-
- Mecânica Geral;
 - Serralheria;
 - Eletricidade/Eletrônica.

A escola do SENAI recebe cooperação das demais unidades para cobrir áreas que não dispõem de oficinas próprias. Nos dez anos de existência em Catalão, o SENAI tem registrado aproximadamente 9.400 profissionais formados em sua escola.

O SENAC, instituição privada e administrada pelo setor do comércio, oferece os seguintes cursos:

- Informática;
- Moda e Beleza;
- Turismo e Hotelaria;
- Comunicação e Artes (Culinária, Língua);
- Administração;
- Saúde (prevenção, primeiros-socorros, palestras).

Os cursos são oferecidos em quantidade média de 16 a 20 vagas/mês, com mínimo de 12 e máximo de 20 alunos por curso.

O município de Ipameri mantém, através de convênio com o SENAC, um curso de informática, em sala cedida pela Prefeitura, enquanto a entidade não possui sede própria (está sendo negociado o local da futura sede).

Terceiro Grau

O ensino superior na Área de Influência do empreendimento é oferecido nos municípios através das entidades listadas a seguir.

Catalão

No Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás, em Catalão, há os seguintes cursos e vagas anuais:

- Ciências da Computação - 80 vagas;
- Educação Física - 160 vagas;

-
- Geografia – 180 vagas;
 - História – 160 vagas;
 - Letras – 160 vagas;
 - Matemática – 180 vagas;
 - Pedagogia – 180 vagas.

O CESUS - Centro de Ensino Superior de Catalão, particular, oferece os seguintes cursos:

- Administração – 60 vagas;
- Direito – 75 vagas;
- Pedagogia – 30 vagas.

Paracatu

A FINOM-Faculdade do Noroeste de Minas Gerais, particular, oferece os seguintes cursos:

- Pedagogia;
- História.

Segundo informações, o preenchimento de todas as vagas colocadas à disposição nem sempre é possível, em função do padrão da renda regional, que inviabiliza, para a maioria da população, o pagamento de mensalidades. Além disso, os próprios cursos ofertados teriam poucos atrativos, em relação ao perfil econômico do município.

Além dos cursos já implantados, a Faculdade protocolou no MEC o pedido para os de Administração de Empresas, Matemática e Letras. Planeja pleitear, ainda, as formações em Direito e Licenciatura Plena em Geografia. Outro projeto em fase de discussão é um convênio a ser firmado com a UEMG-Universidade Estadual de Minas Gerais, que prevê capacitação de professores, auxílio na área física (laboratório, bibliotecas, etc.) e cursos de pós graduação lato sensu.

Ipameri

Está em implantação no município a Faculdade Estadual de Ciências Agrárias de Ipameri (FECAIP), criada pela Lei 12-278, de 28 de janeiro de 1994, e regulamentada pelo Decreto número 4-244. Os cursos a serem oferecidos, num total de 150 vagas por

ano, são:

- Zootecnia;
- Veterinária;
- Agronomia.

(2) Saúde

As alterações nas condições de vida e saúde da população brasileira começaram a acontecer já há algum tempo, a partir das significativas mudanças econômicas e sociais produzidas no País, ainda na década de 50, com a industrialização e a urbanização. De certa forma, as modificações foram positivas, na medida em que a população começou a ter maior acesso ao saneamento básico, assim como aos serviços de saúde e de educação, dentre outros. No entanto, os níveis de atendimento ainda são considerados baixos, principalmente no que se refere às camadas pobres da população.

Além disso, crescem, a cada ano que passa, problemas como a violência urbana, o envelhecimento da população e, ao mesmo tempo, a crise generalizada do sistema de assistência à saúde. São problemas que assolam não apenas a região em estudo, mas todos os Estados. Mecanismos como a CPMF-Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, imposto lançado pelo governo, constitui-se numa das formas de tentar amenizar a crise do sistema no País. A municipalização é também um outro caminho adotado por diversas administrações, como forma de melhorar os serviços oferecidos à população.

A região em estudo, quando vista em conjunto, apresenta indicadores satisfatórios de saúde, mas as diversidades socioeconômicas intra e intermunicipais, presentes nos municípios, têm revelado diferenciações quanto ao atendimento à população, uma vez que as camadas sociais de renda mais elevada podem pagar um tratamento médico de melhor qualidade, procurando, inclusive, atendimento em outros centros.

O crescimento cada vez maior da população gera, por isso, uma demanda também maior dos serviços de saúde que, normalmente, já se encontram deficitários.

A rede que integra o sistema de saúde dos municípios em estudo é composta de 83 estabelecimentos, sendo que, destes, apenas 13 são unidades hospitalares. Os demais estabelecimentos são unidades ambulatoriais, como se verifica através dos dados apresentados no Quadro 5.3-14 e na Figura 5.3-14.

Observando os dados disponíveis, constata-se que a área em estudo dispõe de 719

leitos hospitalares, correspondendo a 3,7 leitos por mil habitantes, calculado com base na população estimada pelo IBGE para o ano de 1998 (194.912 hab). Esse índice está abaixo do padrão estabelecido pela Organização Mundial de Saúde para os países em desenvolvimento, que é de 5 leitos por 1.000 habitantes.

No que diz respeito à distribuição de leitos por município, Ipameri pode ser considerado o que apresenta melhores condições, superando o padrão estabelecido pela OMS. Logo em seguida, aparecem os municípios de Campo Alegre de Goiás e Catalão, com indicadores também satisfatórios quanto à oferta de leitos à população. Já os municípios de Paracatu e Cristalina, de acordo com os dados apresentados, são os que detêm os menores índices. No entanto, a relação leitos/habitantes não pode ser considerada, isoladamente, como um indicador definitivo da qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população. Deve-se levar em consideração inúmeros fatores, dentre os quais podem ser citados: o número de estabelecimentos existentes tanto na área urbana quanto na rural, a infra-estrutura existente nas unidades, o número de médicos especializados, os serviços oferecidos (especialidades) e os programas desenvolvidos. Cabe destacar que, em Catalão e Ipameri, só há hospitais particulares.

As unidades existentes nos municípios mantêm, na sua grande maioria, convênios com instituições ligadas aos setores público e privado. Geralmente, a população procura os serviços oferecidos no próprio município, antes de ir a outros centros, como Araguari, Uberlândia, Goiânia e Brasília, para atendimento específico ou tratamentos, mais prolongados. O meio rural e os bairros periféricos contam também com Postos de Saúde espalhados nas comunidades, realizando pronto-atendimento e transportando os pacientes, quando necessário, para as unidades especializadas no município ou em outros centros.

Deve-se registrar, mais uma vez, a importância de Catalão na região, principalmente para os municípios de Campo Alegre de Goiás e Davinópolis. É considerado como referência para esses municípios, porque concentra as melhores instalações hospitalares, com os quais mantêm convênios, e o maior número de médicos especializados. Além de contar com os principais hospitais (São Nicolau, Nasr Faiad e Santa Casa) e postos de saúde, a população tem ainda a opção de atendimento através das diversas clínicas particulares existentes na cidade.

É importante ressaltar que, de todos os municípios da área em estudo, Davinópolis é o que se encontra mais desprovido de recursos na área de saúde. No entanto, é de grande expectativa que a Unidade Integrada de Saúde, inaugurada em setembro de 1998, comece a funcionar, integralmente, a partir de julho de 2000. De acordo com informações obtidas no local, a unidade possui toda a infra-estrutura física (instalações) necessária para entrar em funcionamento, ou seja, sala para o centro cirúrgico, sala de parto, sala de RX, laboratório, etc., faltando apenas equipá-las. Essa Unidade terá

capacidade, ainda, para 16 leitos. Foi inaugurada em setembro de 1998, mas só começou a funcionar em janeiro de 1999 com o atendimento básico. Atualmente, o funcionamento é apenas do posto de saúde, onde se realiza o atendimento odontológico e a clínica geral. Os profissionais que prestam serviço (01 dentista e 02 clínicos) são de Catalão.

De uma maneira geral, as unidades de saúde dos municípios oferecem inúmeras especialidades, dentre as quais pode-se destacar: Cardiologia, Gastroenterologia, Fisioterapia, Clínica Médica, Pediatria, Psiquiatria, Ortopedia, Endocrinologia, Otorrinolaringologia, Ginecologia/Obstetrícia, Odontologia, Urologia, Neurologia e Dermatologia.

O Quadro 5.3-15 e a Figura 5.3-15 apresentam as principais causas de internações registradas nos estabelecimentos de saúde dos municípios. Como se pode observar, as internações mais freqüentes são provenientes do atendimento de clínica geral, superando as demais especialidades.

As condições de saúde da população da área em estudo são apresentadas, também, através das principais causas mortis, relacionadas no Quadro 5.3-16. Dos 1.013 óbitos registrados em 1997 na região, a maior parte, 27 %, foi proveniente das doenças do aparelho circulatório, em particular as doenças cerebrovasculares. A maioria dos municípios, individualmente, acompanha essa tendência. Em Davinópolis, no entanto, observa-se que a maior parte dos óbitos registrados no mesmo período foi causada por doenças infecciosas e parasitárias. Dos 4 casos registrados no município, 3 foram causados por doença de Chagas. Existe um elevado número de casos de doenças transmitidas por protozoários nos municípios de Catalão, Paracatu e Davinópolis, motivo pelo qual a FNS-Fundação Nacional de Saúde realiza freqüentes campanhas, tanto de vacinação quanto de borrifação nos principais rios da região, principalmente no São Marcos, onde já foram detectados focos de febre amarela, doença de Chagas e alguns casos de leishmaniose.

(3) Saneamento Básico

Abastecimento de Água

A água servida à população dos municípios da Área de Influência Indireta, na grande maioria dos domicílios, encontra-se dentro dos padrões e normas nacionais definidos pela ABNT e outras entidades.

O nível de atendimento em abastecimento de água por rede geral, nos municípios que compõem a área em estudo, é de 72,3 % dos domicílios, superior ao índice registrado no Estado de Goiás e ligeiramente inferior ao índice encontrado no Estado de Minas Gerais. Observa-se, ainda, que existe um grande número de domicílios que são

abastecidos através de poços ou nascentes (Quadro 5.3-17 e Figura 5.3-16).

Dos seis municípios que compõem a região em estudo, Catalão, Paracatu e Ipameri são os que possuem a maior parcela de domicílios atendidos pela rede geral de abastecimento, com 82,1 %, 73,1 % e 68,7 %, respectivamente.

No município de Cristalina, embora a grande maioria dos domicílios seja abastecida pela rede geral (cerca de 60 %), existe ainda uma parcela significativa que utiliza poço ou nascente. Essa é a forma de abastecimento mais utilizada nos municípios de Campo Alegre de Goiás e Davinópolis, chegando a atender a mais de 60 % e 55 % dos domicílios, respectivamente.

Vale ressaltar, no entanto, que o fornecimento de água nos municípios se resume apenas às áreas urbanas, enquanto que na área rural é comum a utilização de poços semi-artesianos ou nascentes. As sedes municipais dispõem de um número maior de domicílios ligados à rede geral, como visto anteriormente. Nos municípios goianos, os serviços de captação, tratamento e distribuição ficam sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento de Goiás-SANEAGO, enquanto que, em Paracatu, é a COPASA a empresa responsável por esses serviços.

Na maioria dos municípios, a captação é realizada através de poços profundos ou em águas de superfície, nos mananciais próximos à sede. Os municípios com maior número de habitantes na zona urbana e melhor infra-estrutura possuem Estações de Tratamento de Água-ETA (Catalão, Paracatu, Ipameri e Cristalina), onde, após o processo final de filtração, a água recebe tratamento completo, qual seja: fluoretação, adição de sulfato, cloro, fluor e cal, quando necessário, para corrigir o pH. Após isso, a água vai para os reservatórios instalados em pontos estratégicos das cidades e é fornecida à população.

As empresas responsáveis pelo abastecimento de água nos municípios realizam, periodicamente, análises em diversos graus, a fim de garantir a sua qualidade. São feitas análises bacteriológicas, físico-químicas, de compostos orgânicos, contaminação por pesticidas e outras.

É importante destacar, em relação ao abastecimento de água dos municípios, a necessidade de estudos de viabilidade, envolvendo a capacidade dos sistemas e tubulações, motivo hoje de grande preocupação, para que se possa suprir as necessidades dos grandes consumidores de água. Com os sistemas estruturados para abastecer a população residente e os centros de comércio e serviços, principalmente no distrito-sede, os atuais sistemas não têm, em princípio, capacidade para atender, de imediato, a futuras ligações industriais e/ou comerciais que demandem grandes volumes de água. Tal demanda exigirá ajustes tanto nos sistemas de armazenamento

quanto nos de distribuição. São medidas que poderão amenizar a falta de água, principalmente nos meses mais quentes.

Esgotamento Sanitário

Os dados apresentados no Quadro 5.3-18 e na Figura 5.3-17 revelam que a grande maioria dos municípios está ainda bastante distante dos padrões desejáveis de atendimento à população, principalmente no que diz respeito ao esgotamento sanitário. Paracatu e Catalão foram os municípios que apresentaram melhores condições, se comparados aos demais, pois registraram os maiores índices de atendimento aos domicílios pela rede geral de esgotamento, cerca de 46 % e 26 %, respectivamente. Esse quadro, no entanto, é reflexo do que acontece na maioria dos municípios goianos e mineiros, visto que os índices apresentados nos Estados são considerados também muito baixos.

Nos demais municípios goianos, não existe o esgotamento através da rede geral, sendo a grande maioria dos domicílios dotada de fossa rudimentar.

Os sistemas existentes nas cidades da área em estudo são de responsabilidade da SANEAGO, para os municípios goianos, e da COPASA, para o município de Paracatu.

Quanto ao tratamento dos esgotos, apenas em Catalão o volume coletado é tratado em 04 lagoas de estabilização. Atualmente, o volume tratado por dia é de 4.500 m³, o que corresponde ao total do volume coletado.

Em Paracatu, o esgoto captado é recolhido através de 4 elevatórias, além de 1 em construção, e lançado em estado bruto, in natura, no córrego Rico, a jusante da cidade, depois do bairro Chapadinha. A COPASA desenvolveu para o município um Plano Diretor do Sistema de Esgotamento Sanitário, que consiste na construção de interceptores ao longo dos Córregos Rico e Pobre, que conduziriam os esgotos até uma Estação de Tratamento de Esgotos-ETE, a ser construída. A proposta se encontra em fase de projeto executivo. O recurso para a obra será obtido através de financiamento do Banco Mundial.

Os dados apresentados revelam, também, outro fato importante: a inexistência de qualquer tipo de instalações sanitárias em uma grande parte dos domicílios. Tal fato implica índices de poluição ambiental elevados na área urbana, uma vez que a maior parcela do esgoto é lançada sem nenhuma forma de tratamento nos córregos e rios, causando problemas e danos ao meio ambiente. Tornam-se mais agravantes as ligações clandestinas na rede de drenagem e o comportamento da população que lança lixo nas bocas de lobo, provocando o entupimento do sistema.

Nas áreas rurais dos municípios, a maior parte do esgoto é lançada nos córregos,

havendo poucas casas com fossas.

De maneira geral, os municípios carecem de investimentos na área de esgotamento sanitário e, dentre as principais necessidades, podem ser citadas:

- levantamento topográfico dos bairros;
- estudo de implantação de rede de coleta de esgoto;
- separação entre esgoto sanitário e drenagem de águas pluviais;
- canalização dos principais rios e obras contra as enchentes.

Resíduos Sólidos

A coleta de lixo domiciliar nos municípios da região em estudo, quando vista em conjunto, apresenta indicadores satisfatórios, atendendo a cerca de 57,8 % dos domicílios, índice este superior ao encontrado nos Estados. Individualmente, os municípios de Catalão e Ipameri são os que apresentam melhor desempenho, chegando a atender a mais de 62 % dos domicílios. Em Paracatu, a coleta de lixo é realizada em mais de 57 % do domicílios. Nos demais, a coleta domiciliar é menor, o que favorece a prática de outros métodos para o descarte do lixo, como queimar ou enterrar na área do domicílio ou fora dela. Essas formas são utilizadas com mais frequência nos municípios de Campo Alegre de Goiás, Cristalina e Davinópolis (Quadro 5.3-19 e Figura 5.3-18).

A prática de jogar o lixo em terreno baldio é uma outra forma muito utilizada na região. Por causa disso, as localidades ou bairros onde ocorre tal fato estão vulneráveis à proliferação de mosquitos, outros insetos e ratos.

De uma maneira geral, a coleta e, principalmente, a disposição de resíduos sólidos dos municípios, além de não contemplar a grande maioria, está aquém dos padrões mínimos exigidos para este tipo de serviço em todas as localidades onde é realizado.

O serviço de coleta e transporte são realizados, na maioria dos municípios, por veículos próprios da Prefeitura, assim como o pessoal empregado. Esse pessoal, normalmente, não utiliza os equipamentos mínimos necessários para desempenhar tal atividade, correndo sérios riscos de contrair doenças através do contato direto ou por acidente. Em Catalão, além da coleta realizada pela Prefeitura, são utilizados os serviços de empresa terceirizada para a limpeza de ruas e praças (varrição manual, retirada/poda de árvores) nos bairros de Nossa Senhora de Fátima, JK, São José e Centro. A coleta de entulhos originados pela construção civil é de responsabilidade do morador/proprietário, com fiscalização da Prefeitura. Para esse tipo de coleta, existe na

cidade uma empresa particular especializada, que utiliza equipamento específico. Esses entulhos são jogados em valas previamente selecionadas pela Prefeitura.

O lixo coletado nas cidades é lançado, sem tratamento, nos vazadouros públicos, sendo, freqüentemente, incendiado a céu aberto pelos próprios coletores e funcionários municipais. O município de Catalão, de acordo com informações locais, é o único que dispõe de aterro sanitário. A disposição do lixo, mesmo num aterro sanitário, tem que sofrer controle periódico, em função dos riscos de contaminação dos lençóis freáticos e cursos d'água de pequeno e médio porte.

De maneira geral, o panorama encontrado nos municípios da região em estudo não se diferencia da realidade da grande maioria dos municípios goianos, mineiros e brasileiros. O que se vê, por um lado, é a falta de recursos financeiros para compra de equipamentos e construção de locais adequados de disposição e, por outro, a falta de cultura ambiental, que só agora vem sendo disseminada no País.

(4) Transportes

O transporte é uma atividade-meio dentro da sociedade, funcionando como indutor do desenvolvimento rural e urbano, e objetivando a movimentação de bens e pessoas com o máximo de segurança e menores tempos e custos.

Sistema Rodoviário

A região onde se localiza a Área de Influência do empreendimento encontra-se entre importantes rodovias arteriais, que garantem o acesso a qualquer ponto do país, principalmente aos grandes centros, como pode ser visto na Figura 2.1, na Seção 2 deste Relatório. Essas rodovias funcionam como importante ligação local, permitindo mobilizar o tráfego interestadual para todo o país, através das demais rodovias pavimentadas, ferrovias, terminais portuários e aeroportos.

As principais vias de circulação são as rodovias BR-050 e BR-040 que, juntamente com as demais rodovias estaduais, drenam as grandes correntes de tráfego intra e interregionais. Por serem pavimentadas, em sua grande maioria, essas vias permitem circulação permanente durante todo o ano.

Os municípios em estudo são dotados de rodovias capazes de promover a comunicação entre as cidades da região e também com importantes centros. O Quadro 5.3-20 apresenta a distância entre essas cidades.

As principais rodovias que possibilitam a comunicação entre essas cidades são relacionadas a seguir.

BR-050

Iniciando no entroncamento com a BR-262, na cidade de Uberaba, faz a interligação com a cidade de Brasília, passando, no entanto, pelas cidades de Catalão, Campo Alegre de Goiás e Cristalina. Utilizada como principal via de acesso aos municípios da região, vem sofrendo obras de melhorias (recapeamento e sinalização) em diversos trechos.

BR-040

Essa rodovia interliga três Estados, iniciando no Rio de Janeiro, a partir da cidade de Três Rios, cruzando em seguida todo o Estado de Minas Gerais, passando por importantes cidades como Juiz de Fora, Barbacena, Belo Horizonte e Sete Lagoas, até chegar à cidade de Vianópolis, já no Estado de Goiás, no entroncamento com a rodovia estadual GO-330.

GO-330

Rodovia pavimentada, interliga a cidade de Catalão à cidade de Anápolis, passando antes pela cidade de Ipameri. É a rodovia utilizada, preferencialmente, por esses municípios para chegar à capital do Estado (Goiânia).

GO-210

Principal e única rodovia pavimentada que possibilita o acesso à cidade de Davinópolis.

GO-506

Pavimentada, faz a ligação entre as sedes distritais de Pires Belo, localizada às margens da BR-050, e Santo Antônio do Rio Verde. Relativamente nova, essa rodovia cruza o rio São Marcos na localidade conhecida como Porto Carapina. Esse é o nome do antigo porto que existia no local, desativado logo após a construção da ponte de concreto da rodovia.

GO-213

Rodovia sem pavimentação, interliga a cidade de Ipameri, no entroncamento com a GO-330, e com a MG-040, próximo à cidade de Guarda Mor (MG), passando/cruzando, antes, pela cidade de Campo Alegre de Goiás e pelo rio São Marcos. No rio São Marcos, a travessia é feita por meio de balsa simples, sem motor, com capacidade para veículos de pequeno porte (até 5 toneladas), na localidade conhecida como Porto Salu ou Mané Souta. A balsa é administrada pelo Consórcio Intermunicipal Campo Alegre-CRISA de Catalão. Durante o dia (07:00 às 18:00 h), a passagem é gratuita, passando a ser cobrada tarifa (com base em tabela existente) após esse horário.

GO-020

Rodovia em leito natural, permite a ligação entre a BR-050 (no município de Campo Alegre de Goiás) e a cidade de Paracatu, cruzando o rio São Marcos através de ponte de concreto.

Existe ainda uma rodovia municipal dentro do município de Catalão que possibilita a travessia do rio São Marcos, feita também por meio de balsa simples, na localidade conhecida como Porto Pacheco, na região de Rancharia. A administração está sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre de Goiás.

Além das rodovias já citadas, os municípios contam com extensa rede de estradas vicinais, cascalhadas, sob responsabilidade das respectivas Prefeituras, utilizadas como meio de ligação dos núcleos urbanos às propriedades rurais e para escoamento da produção. Encontram-se, em geral, em bom estado de conservação, sendo difícil, entretanto, a circulação no período chuvoso.

Sistema Ferroviário

A malha ferroviária encontra-se estruturada na Área de Influência Indireta, basicamente, nos municípios de Catalão e Ipameri, interligando-os às principais cidades.

Em Catalão, a rede ferroviária faz sua ligação com São Paulo, sendo que, desse município até Araguari (MG), a administração é efetuada pela Ferrovia Centro Atlântica-FCA, e, daí em diante, pela FEPASA. Todo o produto originado do extrativismo mineral no município é transportado pela rede ferroviária, com destino a Uberaba, Cubatão e Porto de Santos.

Em Ipameri, o sistema permite a interligação com várias cidades, dentre as quais Belo Horizonte, Campinas, Anápolis e Brasília, através da Ferrovia Centro Atlântico-FCA. No trecho que corta o município, essa estrada de ferro possui bitola de 1 m. Não é efetuado o transporte de passageiros, somente de cargas, principalmente combustível, mas o maior volume refere-se à areia e pedra que têm como destino a cidade de Belo Horizonte.

O município de Paracatu não possui transporte ferroviário; no entanto, existe um projeto, colocado como prioridade tanto pelo Governo Federal quanto pelo Estadual, que prevê a construção do ramal ferroviário Pirapora-Unai, com cerca de 285 km, que ligaria a região ao porto de Tubarão, em Vitória, através da Ferrovia Vitória-Minas.

Sistema Aeroviário

Quanto ao transporte aéreo, os municípios da região são servidos por aeroporto e aeródromos homologados pelo Departamento de Aviação Civil-DAC, conforme pode-se observar a seguir.

- **Catalão** - Possui um aeroporto, o “Aeródromo de Catalão”, do porte Público PUB UTC – 3, com pista de pouso de 1.400 m de extensão, asfaltada, com balizamento diurno e noturno, localizado a 7 km da cidade, às margens da rodovia GO-330, o qual ainda não possui rotas regulares, nem instrumentos de radionavegação, possibilitando, no entanto, o pouso e a decolagem de aeronaves de pequeno e médio porte.
- **Ipameri** - Possui um aeroporto municipal de pequeno porte, com pista de 960 metros de comprimento, em terra, distante 4,5 km da cidade, atendendo ao tráfego atual das aeronaves da região.
- **Cristalina** - Possui um aeroporto privado com pista de pouso de terra de 1200 m de extensão.
- **Paracatu** - Possui um aeroporto com pista de pouso de 2100 m, asfaltada. Segundo informações, o aeroporto é considerado como alternativa para a segurança da aviação de Brasília, uma vez que se encontra na rota Rio/Belo Horizonte/Brasília.

(5) Sistema de Energia Elétrica

A energia elétrica na Área de Influência Indireta é fornecida, para os municípios goianos, através da CELG-Centrals Elétricas de Goiás e, para o município de Paracatu, através da CEMIG-Companhia Energética de Minas Gerais.

A distribuição do consumo de energia elétrica por classes de consumidores, nos municípios em estudo, representando um significativo indicador do grau de desenvolvimento e do peso dos setores econômicos, é indicada no Quadro 5.3-21 e na Figura 5.3-19.

De acordo com os dados apresentados, observa-se que o consumo industrial é o mais significativo, superando as demais classes, quando visto em conjunto. O município de Catalão, com intensa atividade industrial, particularmente no setor minerador, é o principal consumidor. Logo em seguida, vem o setor residencial como um dos maiores consumidores. A demanda rural aparece em terceiro lugar, devido à utilização freqüente dos pivôs centrais.

(6) Sistemas de Comunicação

Telefonia

Os serviços de telefonia nos municípios da Área de Influência Indireta são controlados pela TELEBRASÍLIA, no município de Paracatu, e pela TELEGOIÁS, nos municípios goianos. Toda a região conta com os sistemas DDD, DDI e DDR, sendo necessário o uso da telefonista apenas para serviços especiais prestados pelas concessionárias.

De acordo com as informações obtidas na região, a capacidade de atendimento não se encontra sobrecarregada, sendo que as maiores demandas se referem à expansão da telefonia celular e da telefonia rural. Para suprir essa carência, já está sendo projetada a sua ampliação por parte das concessionárias.

Correios e Telégrafos

As cidades contam com os serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, através das inúmeras agências próprias, franqueadas, satélite, postos de venda e caixas coletoras de correspondência, espalhados pelas cidades que, de acordo os informantes, atendem às necessidades locais.

Teledifusão

Quanto às imagens de televisão, podem ser captadas, nos municípios da Área de Influência Indireta, transmissões das redes Globo (através da TV Anhangüera), Bandeirantes, SBT, Rede Vida, TV Record e TV Cultura. O município de Paracatu realiza ainda uma produção local, na TV Educativa, através da TV Paracatu.

Jornais

Alguns municípios da região contam com jornais locais, conforme lista a seguir.

- **Catalão** - Jornal Pirapitinga, Jornal Dito & Feito, Jornal A Tribuna e Jornal Atheneu.
- **Ipameri** - O Independente.
- **Paracatu** - Jornal “O Movimento”, Jornal de Paracatu e Jornal “Folha do Noroeste”.
- **Cristalina** - O Sudoeste Goiano e Informativo Zen.

Os municípios são servidos, ainda, pela mídia escrita, através de jornais de abrangência nacional, dentre os quais pode-se destacar: O Popular, O Estado de São Paulo, A Folha de São Paulo, Correio Brasiliense, Diário da Manhã, Diário Oficial, Jornal da Segunda e Gazeta Mercantil.

Rádios

Os municípios captam sinais de emissoras de rádio da região (municípios vizinhos), além das existentes em alguns municípios, listadas a seguir.

- **Catalão** - Rádio Cultura (AM) e Rádio Liberdade (FM).
- **Ipameri** - Rádio Xavante (AM) e Rádio Fênix (FM).
- **Cristalina** - Rádio Difusora Serra dos Cristais (AM) e Rádio Clube Serra dos Cristais (FM).
- **Paracatu** - Rádio Boa Vista (FM) e Rádio Jurity Paracatu (AM).

e. Organização Político–Social

A área de estudo apresenta um padrão de organização social bastante diferenciado. O crescimento mais acentuado de Catalão e as características específicas do Poder Público do município de Paracatu tornam esses espaços mais dinâmicos do ponto de vista organizacional. Na atualidade, nesses municípios, ocorre uma acentuada mobilização em torno da temática do meio ambiente, quando algumas comunidades começam a se organizar e algumas entidades consolidam sua atuação nessa área.

Além disso, observa-se também uma certa tendência à organização de algumas entidades nos moldes das tradicionais Associações de Moradores de Bairros, cuja luta ocorre em prol do acesso aos tradicionais bens de consumo coletivo (denominam-se como “bens de consumo coletivo” os chamados serviços básicos: educação, saúde, habitação, rede de saneamento, energia, etc.). É importante destacar que a tradição da organização comunitária, nestes termos, apresenta historicamente uma tendência marcante para movimentos de fluxo e refluxo de suas atividades, face à necessidade de busca de alternativas para questões pontuais diretamente ligadas ao cotidiano das comunidades.

Uma análise mais ampla do conjunto de municípios que integram a área de estudo permite inferir, entretanto, que a região possui um padrão organizacional bastante modesto, e que, além das situações comentadas, na maioria dos municípios atuam entidades tradicionais, tais como Entidades de Classe, Entidades Assistencialistas, o Lions Clube, o Rotary Clube, Clubes de Lojistas, Cooperativas, etc.

O Quadro 5.3-22 oferece um panorama do contexto organizacional da região.

No que tange à composição política da região, esta é bastante diversificada. A situação das diferentes facções político–partidárias que, atualmente, dão sustentabilidade ao Poder Público local é:

MUNICÍPIOS	PREFEITURA	CÂMARA DE VEREADORES
Campo Alegre de Goiás (GO)	PPB / PFL	PPB, PL e PMDB
Catalão (GO)	PTB / PFL	PFL, PSDB, PMN, PTB, PMDB, PT e PCdoB
Cristalina (GO)	PL	PMDB
Davinópolis (GO)	PL	PL, PFL, PSDB e PMDB
Ipameri (GO)	PFL	PMDB e PFL
Paracatu (MG)	PT	PPS, PSN e PFL

f. Patrimônios Histórico, Cultural e Arqueológico

(1) História

Em termos de construções históricas, a maior concentração na região está na cidade de Paracatu, onde, face às características de seu processo de ocupação, comentado no tópico (a), há um conjunto de edificações que integram o Centro Histórico preservado da cidade. Além desse espaço, na cidade de Catalão, pode-se identificar cerca de nove prédios restaurados, cujo valor histórico está diretamente associado ao processo de ocupação e criação da cidade. Destaca-se, também, a Igreja de São João, no Morro de mesmo nome, que é um ponto turístico da cidade, e, no distrito de Santo Antônio do Rio Verde, o cemitério local, que possui um muro interessante do ponto de vista histórico, com cobertura de telhas-canal. Segundo as informações obtidas nas entrevistas, esse muro seria bastante antigo, provavelmente do século XIX. Pode ser observado que sofreu acréscimo, com a construção de um novo muro seguindo o alinhamento do anterior, mas com um tipo de estrutura totalmente diferente.

A tradição cultural do município está centrada na festa popular de Nossa Senhora do Rosário, onde predominam as Congadas. Existem cerca de dezesseis ternos dançadores de congadas em Catalão, totalizando mais de 2.000 pessoas. O afluxo de pessoas no período da festa que acontece entre setembro e outubro, de cada ano, é muito grande, ultrapassando os limites municipais e mesmo estaduais. A organização da festa fica a cargo da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, sendo representada por reis e rainhas, príncipes e princesas, generais, capitães, soldados e bandeirinhas. Essa manifestação histórico-cultural data do século XVII e, a partir do século XX, acontece em torno da antiga Matriz de Nossa Senhora do Rosário, associando às danças a celebração da missa e a procissão da Santa Padroeira.

Em Ipameri, o momento de desenvolvimento por que passou o município, no início do século XX, deixou traços em seu núcleo urbano, que apresenta uma série de construções de estilo eclético. O antigo Jóquei, o primeiro prédio do Banco do Brasil, a estação ferroviária (hoje um centro cultural) e diversas residências demonstram belos traços arquitetônicos relacionados ao período.

Cristalina possui uma parte mais antiga, com construções simples e que nem sempre guardam suas características originais, enquanto Campo Alegre e Davinópolis mantêm uma estrutura de centros urbanos de grandeza menor, com poucos destaques em termos arquitetônicos.

No meio rural, além dos sítios cadastrados no IPHAN localizados no município de Ipameri, o estudo do Patrimônio Histórico realizado pela equipe da Universidade Católica de Goiás, sob a coordenação do Professor Jézus Marco de Ataídes (1996), revelou, na região impactada pela Usina Hidrelétrica Corumbá, 8 (oito) sítios arqueológicos considerados potenciais para a pesquisa, ou seja, que se encaixaram nos critérios estabelecidos no estudo. Para tal, foram considerados: a leitura arquitetônica do local, a antiguidade dos testemunhos, a relevância histórica e o potencial interpretativo, dentre outros fatores.

No levantamento de campo realizado no âmbito deste diagnóstico, puderam ser identificados locais que seriam importantes em relação aos dados coletados, tanto na bibliografia como junto a entrevistas. As áreas que tiveram suas coordenadas obtidas com o GPS estão indicadas em desenho no final desta Subseção.

Na Fazenda Pires ou Paredão, foram identificados um garimpo antigo e uma referência de ali ter existido um antigo caminho de boiadeiros ou até dos bandeirantes, sendo que a própria sede dela é uma construção histórica, ainda em razoável estado de conservação.

Em outro local, foram registrados vestígios de outra fazenda, esta não tão antiga, mas, que revela uma ocupação talvez relacionada ao século passado, período em que se realizou a ocupação efetiva da região. A Fazenda, que provavelmente é a de nome Forquilha, indicada na folha topográfica 1:100.000 SE-23-V-C-IV do DSG, possui restos de monjolo, pilão e canais para o abastecimento de água e esteios.

A Fazenda Vista Alegre revelou outro conjunto rural interessante. Lá existem muros, ruínas de um engenho bastante antigo, vestígios de uma capela nas proximidades, dentre outras estruturas, que possuem um potencial significativo do ponto de vista da Arqueologia Histórica.

Na Fazenda Soledade, foram identificadas outras estruturas relevantes, em particular um muro de pedras e um cemitério antigo. O muro do cemitério, de características bastante antigas, foi construído com lajes de pedras e adobe. Seu conjunto, embora esteja mal conservado, ainda possibilita a observação das particularidades culturais ali presentes, como, por exemplo, uma lápide com decoração feita com cristais de quartzo.

Nas terras da Fazenda Lago Azul, embora a alteração devida ao cultivo da soja seja considerável, ainda é possível observar algumas construções de interesse histórico,

como uma casa com muros de pedras de certa antigüidade – provavelmente século XIX. Infelizmente, muito pouco restou do muro depois que suas pedras foram utilizadas para a construção de um curral.

Nas proximidades do Ribeirão das Éguas, foi localizado outro vestígio de habitação, mas de idade mais recente, e, segundo as informações orais, nessa fazenda havia 2 (dois) cemitérios que foram destruídos para o plantio da soja.

Outras localidades, que as entrevistas com os moradores indicaram como sendo as mais antigas da região, são as da Rancharia e Anta Gorda, sendo grande o impacto que sofrerão ao se instalar o reservatório.

Os dados históricos revelam que, na localidade de Rancharia, se teria instalado um aglomerado de mocambos (é importante notar que mocambo normalmente está associado a habitações de negros, escravos), no século passado, havendo, inclusive, uma tentativa mal sucedida de se estabelecer ali um arraial, o de Nossa Senhora da Conceição.

Cabe observar, também, que, nos mapas antigos, há uma indicação de um “Registro do São Marcos”, o qual, se localizado através de pesquisa histórica aprofundada e de prospecções sistemáticas, poderá fornecer importantes elementos para a compreensão do processo de penetração e ocupação do território.

O patrimônio ambiental na área de estudo pode assim ser identificado:

- na Reserva Particular do Patrimônio Natural da Serra dos Topázios, no município de Cristalina, onde se concentra o interesse da sociedade pela temática do meio ambiente. Encontra-se ainda em Cristalina um conjunto de recursos naturais, aqui já mencionados, objeto de política de turismo e meio ambiente do município;
- no município de Paracatu, no qual estão localizadas a cerca de 32 km da cidade, em 1600 ha, as chamadas Terras do Encantado, onde existem cerca de 20 cachoeiras – a do Ascânio é a mais famosa - , e as Grutas do Sapezal e de Santa Fé da Lagoa Rica;
- com relação ao rio São Marcos, os locais de passagem, seja através de uma ponte ou por balsa, são valorizados para a pesca de fim de semana ou dos feriados. Em várias fazendas, nas proximidades de locais onde a margem do rio favorece essa atividade, é comum a preocupação dos donos em evitar as invasões, por vezes trancando as porteiras com cadeado. Por outro lado, é comum ouvir falar que o volume da água do rio já não é o mesmo e que a quantidade de peixes caiu muito, o que diminuiria a visitação às margens do São Marcos.

(2) Pré-História

Os estudos arqueológicos no Estado de Goiás tiveram grande impulso na década de 70 com a implantação do Programa Arqueológico de Goiás. Esse Programa foi dividido em vários subprojetos regionais, dentre eles o do Centro-Sul, cuja região é de interesse para o levantamento da área do AHE Serra do Facão.

Em termos dos estudos já realizados, destacam-se as pesquisas na Bacia do Rio Corumbá, a Localidade 3 do Projeto Centro-Sul (Schmitz et alii, 1982), e, mais recentemente, o Salvamento Arqueológico na área da UHE Corumbá (Mello, 1996) e a dissertação de mestrado de Jézus de Ataídes publicada em 1998. Estas são referências importantes para a compreensão do potencial arqueológico regional e das descobertas já efetuadas.

Além desses estudos, porém, foram relacionadas, neste diagnóstico, as pesquisas em regiões próximas, que reúnem elementos comuns em termos do contexto arqueológico das populações que habitaram o sul de Goiás. Desta forma, as pesquisas realizadas no sudoeste goiano e nas áreas limítrofes do Estado de Minas Gerais, em especial as do município de Paracatu e as da UHE Nova Ponte (CEMIG, 1995), revelaram bons indicativos para o levantamento arqueológico da área do AHE Serra do Facão.

Os estudos arqueológicos nessas regiões apontam para a ocorrência de ocupações pré-cerâmicas e cerâmicas que se agrupam, geralmente, em Tradições culturais. Como tradição, define-se o: “grupo de elementos ou técnicas, com persistência temporal” (PRONAPA, 1976). “Uma seqüência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo um dos outros, e formam uma continuidade cronológica” (SOUZA, 1997:124), cuja definição se baseia em características compartilhadas pelos sítios a elas associados.

No sudeste de Goiás, a Tradição Aratu demonstra ser a mais expressiva, embora haja registros da presença da Tradição Sapucaí e da Tradição Tupiguarani.

Em linhas gerais, a Tradição Aratu, de horticultores ceramistas, abrange vasta área do Centro e Nordeste brasileiro e é reconhecida pela presença de vasos cerâmicos, na maioria simples, com antiplástico mineral, formas de grande tamanho esféricas e ovóides (ocorrendo os típicos vasos piriformes), sendo que os vasilhames normalmente não estão associados ao preparo de mandioca tóxica. O aproveitamento desse tipo de mandioca como alimento está associado a outros ceramistas, como os da Tradição Uru, registrado em período mais recente no Estado de Goiás. Também se destacam os fusos e alguns carimbos, enquanto o material lítico é representado pelas lâminas de machado (polidas e semipolidas, algumas com formato semi-lunar), tembetás, quebra-cocos, polidores e relativamente pouco material lascado (predominando lascas e

raspadores laterais). Os sítios revelam grandes aldeias (com um máximo de 560m e média de 290m de diâmetro, segundo WÜST E BARRETO, 1999:14) em formato circular ou elíptico, e localizam-se usualmente em colinas ou chapadas onde a declividade é suave e nas proximidades de córregos de águas perenes. Com base no estudo da cultura material (formas do vasilhame e a existência de fusos), se considera que desenvolviam o cultivo do inhame, batata doce, milho e também do algodão (Figuras 5.3-20 e 5.3-21, no final desta Subseção).

A Fase Mossâmedes (Fase: qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, etc., relacionado no tempo e no espaço, num ou mais sítios, segundo CHMYZ, 1976:131), que representa a Tradição Aratu em Goiás, está instalada na região há pelo menos 1.200 anos (estas estimativas poderiam recuar até os primeiros séculos de nossa era, de acordo com ATAÍDES, 1998:163). Define-se por uma seqüência de transformações em que são reconhecidos três momentos principais, representados pela mudança de antiplástico (com a introdução do cariapé) e pela presença de cerâmica de outro grupo cultural, o Tupiguarani, indicando o contato entre ambos. Esses elementos, dentre outros, vão influenciar na transformação dos grupos Mossâmedes, diferenciando-os e proporcionando a especialização de diversas fases culturais, como é o caso das Fases Uru e Jaupaci, que se distinguem da Fase Mossâmedes II na variação resultante do terceiro momento de transformação. A Fase Mossâmedes II, então, se estabelece na porção leste e sul de Goiás, na Bacia do Paranaíba e sub-bacia do Caiapó, e tem seus indícios datados em cerca de 900 anos antes do presente (Schmitz et alii, 1982:61).

Do ponto de vista etnográfico, a Fase Mossâmedes coincide, em território, com a ocupação de grupos indígenas filiados aos Kayapó meridionais, além de haver similaridades na forma dos aldeamentos (Ataídes, 1998:163-174; Schmitz et alii, 1982:266), com concentração das habitações nas porções periféricas do sítio (Figura 5.3-22).

A Tradição Sapucaí, com características muito próximas às da Tradição Aratu (é comum a denominação de Tradição Aratu-Sapucaí na literatura), é bastante conhecida nos sítios de Minas Gerais, onde foi definida, e está representada em Goiás pela Fase Itaberaí, com um sítio localizado na Bacia do Rio Corumbá, e pela Fase Tejuacu, com sítios localizados na bacia do rio Paranã (Ataídes, 1998:152; Simonsen et alii, 1983-84:127).

A Tradição Tupiguarani, mais recente na região e com menor representatividade em termos quantitativos, tem como traços principais a cerâmica decorada, policrômica, uma ocupação relacionada a grandes residências multifamiliares (Wust & Barreto, 1999:10); seus enterramentos são secundários e em urnas. O consumo da mandioca é inferido pela forma dos vasilhames.

A presença dessas tradições culturais indica a importância da região abrangida pelo Estado de Goiás no contexto arqueológico do interior brasileiro, conforme destacam Schmitz et alii (1982:15-16):

“São ao menos 4 tradições cerâmicas, ligadas aparentemente a outras tantas tradições culturais ou tecnológicas, que se encontram e limitam no grande divisor de águas entre as bacias amazônica, paranaense e sanfranciscana (Nota da Consultora: aqui são distintas as tradições Aratu-Sapucai, Tupiguarani, Uru e Una, destacando-se que os sítios com resultados publicados e encontrados na área de interesse, se inserem nas duas primeiras tradições).

Como os diversos grupos de horticultores aí se encontraram, os contatos entre eles devem ter sido variados e complexos, como acontece nas outras fronteiras humanas. Arqueologicamente percebemos algumas situações, como incorporações de parcelas portadoras de uma tecnologia na aldeia de outra, substituição de uma tecnologia por outra no limite entre os grupos, perda de pequenos territórios de um grupo em favor de outro, etc. Aparentemente também há grupos mais fracos, que aceitam mais facilmente elementos e tecnologias de outros ou que perdem pequenos espaços; e outros, que não aceitam nada de seus vizinhos e avançam sobre os seus territórios.

Estas várias tradições indicam com muita consistência a riqueza cultural existente na região sudeste goiana e a necessidade de se conhecer melhor o contexto cultural que lhe é específico”.

Essa análise sobre a pré-história regional vem se confirmando, à medida que novas pesquisas são efetuadas e as evidências arqueológicas vão surgindo.

Na região afetada pelo empreendimento, as pesquisas do Projeto Centro-Sul indicaram a ocorrência de dois sítios cerâmicos da Tradição Aratu, no município de Ipameri, e o Salvamento Arqueológico na área da UHE Corumbá identificou 15 sítios e 7 pontos prováveis (Mello, 1996: 74), sendo dois sítios associados à Tradição Tupiguarani (foi estabelecido no projeto que os sítios arqueológicos seriam os locais onde foram encontrados mais de 20 vestígios arqueológicos, de qualquer natureza, enquanto os pontos prováveis eram os locais onde essa quantidade era inferior a 20 vestígios, de acordo com MELLO et alii, 1996:67).

A consulta ao Cadastro de sítios arqueológicos do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional indicou a existência de 5 sítios pré-históricos em Paracatu - MG, 2 sítios pré-históricos e 2 históricos em Ipameri e 4 sítios pré-históricos em Cristalina.

Além dessas evidências, foi localizado, no levantamento de campo, um sítio lito-cerâmico na área do reservatório, na localidade da Rancharia, com as coordenadas UTM 217339 E e 8037236 S.

Outros dois locais com ocorrência de cerâmica foram apontados por um morador da área onde será construída a barragem, sem que fosse efetivamente observado esse material.

Na localidade chamada Anta Gorda, foi indicada a ocorrência, não confirmada, de vestígios cerâmicos indígenas. De qualquer modo, como é uma das áreas mais antigas de ocupação histórica na região, se faz necessário o aprofundamento das pesquisas nela.

5.3.3 Caracterização da Área de Influência Direta

a. Geral

Para caracterização da população da Área de Influência Direta (AID), foram realizadas duas campanhas de campo. A primeira, realizada entre os dias 23 e 30 de agosto de 1999, constou de entrevistas com os moradores e com alguns representantes do poder público dos municípios. A segunda, realizada entre os dias 05 e 19 de setembro de 1999, abrangeu uma pesquisa socioeconômica, através da aplicação de questionário previamente definido, nas propriedades a serem total ou parcialmente inundadas pelo enchimento do reservatório do Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão ou, ainda, afetadas pelas obras civis.

A pesquisa teve por objetivo traçar o perfil da população diretamente afetada pelo empreendimento, seja pela aquisição ou desapropriação total ou parcial de suas terras, seja pela inundação de suas residências, ou ainda pela inviabilização de suas atividades produtivas, de modo a permitir um conhecimento seguro sobre suas formas sociais de produção e reprodução, assim como detectar seus anseios e expectativas com relação às obras e às mudanças por elas provocadas. Esse conhecimento é indispensável para a análise dos impactos e para fornecer subsídios para os estudos a serem desenvolvidos, posteriormente, na fase de Projeto Básico Ambiental - PBA.

Conforme esse objetivo, a pesquisa deveria ter caráter amostral, mas, cobriu, no entanto, quase toda a população presente na área do futuro reservatório.

O universo pesquisado foi composto basicamente pelo conjunto de pessoas que vivem na área a ser inundada. Nesse primeiro contato, o objetivo principal foi traçar o perfil das famílias residentes, não tendo sido levados em consideração, portanto, os moradores em propriedades que terão parte de suas terras inundadas, mas que habitam fora da área de inundação, mesmo nos casos dos produtores que poderão ter sua produção afetada.

Esse levantamento deverá ser realizado em fase posterior, de forma censitária, ou seja, com todas as propriedades afetadas diretamente pelo empreendimento.

As famílias residentes às margens do rio São Marcos a jusante do barramento foram também identificadas nessa pesquisa. O levantamento abrangeu as famílias residentes entre o eixo proposto para a barragem e a ponte da GO-210 sobre o rio São Marcos, perfazendo uma distância de aproximadamente 10 km.

Procurou-se, ainda, identificar o maior número possível de propriedades que teriam terras afetadas pelo empreendimento, assim como a presença de moradores ou não nas mesmas, conforme demonstra o Quadro 5.3-23. Acredita-se que foi possível identificar cerca de 80 % das propriedades que deverão ter terras afetadas pelo reservatório de Serra do Facão, a partir da relação fornecida pelas famílias dos entrevistados, pois, em algumas propriedades, não existem pessoas residentes.

Foram aplicados 115 questionários em toda a área do reservatório, o que corresponde também ao número de propriedades visitadas. Dessa amostra, 85 propriedades possuem famílias residindo na área que será afetada pela formação do lago, sendo que dessas, 7 propriedades possuem famílias residindo dentro e fora da área de inundação, e outras 37 propriedades, que apesar de não possuírem famílias residindo na área do reservatório, terão parte de suas terras afetadas. Para fins de caracterização socioeconômica, fizeram parte da análise apenas as propriedades cujas famílias estavam localizadas dentro do perímetro de inundação, num total de 105 famílias, visto que foram encontrados, em alguns casos, mais de uma família residente por propriedade. Acredita-se que a exclusão das famílias residentes fora da área de inundação não interferiu na análise, uma vez que apresentam características semelhantes às das localizadas dentro do reservatório.

b. Caracterização Espacial

A ocupação na região do empreendimento é rarefeita, com predominância de propriedades com área entre 100 e 500 hectares, desenvolvendo basicamente a pecuária extensiva. A agricultura desenvolvida é incipiente e voltada sobretudo para subsistência (consumo humano e animal). A fixação da maior parte da população ocorre nos vários tributários do rio São Marcos, onde são encontradas as pequenas propriedades, cujos titulares freqüentemente mantêm vínculos familiares entre si. Em alguns casos, esses pequenos proprietários trabalham e, até mesmo, vivem nas grandes e médias propriedades.

O Aproveitamento Hidrelétrico de Serra do Facão não atinge núcleos urbanos. Os espaços rurais onde ocorrem as maiores concentrações, cuja população mantém laços de parentesco, e que serão parcialmente afetados pelo empreendimento, são constituídos pelas localidades conhecidas como Rancharia (margem direita, no

município de Campo Alegre de Goiás) e Anta Gorda (margem esquerda, no município de Catalão).

Em Anta Gorda, grande parte das famílias descende de antigos proprietários. A situação de herança inicialmente condicionou o parcelamento das antigas propriedades, situação que na atualidade encontra-se modificada, face à ocorrência de negociações que romperam com a tradição de parentesco até então preservada. Em linhas gerais, pode-se inferir que a forma de ocupação dessa área está assentada basicamente na pequena propriedade, onde predomina a agricultura de subsistência e a produção leiteira.

Na localidade de Rancharia, segundo informações, vivem cerca de 150 famílias, descendentes de antigos moradores, todas com laços de parentesco. Um desses antigos proprietários, conhecido como José Felipe da Silva, possuía a Fazenda Rancharia, cuja área de 45 alqueires (217,8 hectares) encontra-se hoje parcelada entre os seus herdeiros. Com o desmembramento, formaram-se pequenas propriedades, onde predomina a agricultura de subsistência; juntas, configuram uma área considerada a mais carente da região em estudo.

De acordo com a metodologia aplicada, a distribuição espacial das propriedades com famílias residentes na área do reservatório, é apresentada no Quadro 5.3-24 e na Figura 5.3-23.

É importante observar que dos seis municípios que compõem a Área de Influência Direta do empreendimento, cujos territórios encontram-se parcialmente atingidos pelo reservatório, apenas os de Catalão e Campo Alegre de Goiás registraram a presença de famílias dentro da área do reservatório, de acordo com o universo pesquisado. Vale ressaltar, nesse caso, que o número de famílias afetadas (105) é superior ao número de propriedades consideradas na análise (Quadro 5.3-25 e Figura 5.3-24). Isso está associado, basicamente, ao fato de existir mais de uma família residindo numa mesma propriedade ou até mesmo numa mesma habitação.

c. Comunidades Afetadas a Montante

(1) Dinâmica Demográfica

O Quadro 5.3-25 e a Figura 5.3-24 apresentam a distribuição da população amostrada, de acordo com a condição na família, composta de chefes de família, cônjuges, filhos, outros parentes e agregados, totalizando 312 pessoas. O maior contingente, conforme os dados apresentados, concentra-se no município de Catalão, cujo efetivo se faz presente em ambas as margens do rio São Marcos. Já em Campo Alegre de Goiás, o rio São Marcos se liga ao município somente pela margem direita, onde ocorre a ocupação pelas famílias afetadas.

O Quadro 5.3-26 apresenta a distribuição da população por sexo e idade, a partir dos dados obtidos na pesquisa, cujas características básicas são apresentadas a seguir.

Tomando-se o total das pessoas residentes na área do reservatório, tem-se que sua composição etária não é considerada jovem. Na distribuição, verifica-se que a maior concentração é na faixa entre 15 e 65 anos, considerada a população em idade produtiva, com mais de 72 % da população total. A população mais jovem (0 a 14 anos) tem participação de 22 %, enquanto que a população idosa (acima de 65 anos) chega a representar mais de 5 % da população recenseada. Essa distribuição fica mais nítida através do perfil da pirâmide etária (Figura 5.3-25), onde se tem uma base, embora alargada, menor que a maioria das faixas etárias posteriores, sendo superior apenas em relação à faixa da população com mais de 65 anos.

A maior parte da população amostrada é do sexo masculino (57,4 %). Esse predomínio é visível na maioria das faixas e chega a representar 75 % de participação no caso da população com idade superior a 65 anos. A população feminina é ligeiramente superior apenas na faixa entre 7 e 14 anos.

A maioria das pessoas residentes (44,6 %) declarou estar há mais de 10 anos na moradia atual, o que indica uma estabilidade da população nessa área. Por outro lado, é grande também o número de pessoas (23,7 %) que declararam residir há menos de 1 ano na propriedade (Quadro 5.3-27 e Figura 5.3-26). Esse contingente é composto basicamente de pessoas à procura de emprego ou que retornaram para o local de origem. O Quadro 5.3-28 e a Figura 5.3-27 reforçam ainda mais essa condição, quando se compara o tempo de residência apenas dos chefes de família, segundo a sua condição na propriedade. Esse movimento migratório, rumando tanto para as sedes municipais quanto de volta para o local de origem, na área rural, pode ser descrito, de acordo com os relatos obtidos durante a pesquisa, da seguintes forma: o movimento de saída para a cidade se dá em função da procura de melhores condições de vida para a família (moradia, educação, saúde, etc.), mas, devido às condições adversas encontradas na área urbana, onde os custos de manutenção são maiores, retornam para a zona rural onde as condições de sobrevivência são menos adversas. Pelo menos na zona rural, segundo os relatos, existe a possibilidade de cultivar produtos de subsistência, que garantem a sobrevivência da família, como milho, feijão, mandioca, etc. Esse relato foi ouvido tanto de proprietários quanto de não proprietários.

(2) Aspectos Socioeconômicos

A utilização das propriedades segundo a estratificação de área é apresentada no Quadro 5.3-29 e Figura 5.3-28.

De acordo com a pesquisa realizada, mais de 43% das propriedades identificadas que

serão total ou parcialmente afetadas com a formação do reservatório possuem área entre 100 e 500 hectares.

Observa-se, através dos dados, que a maioria das propriedades, além de ser utilizada como residência, é também o local onde são desenvolvidas as principais atividades da região (pecuária e agricultura). A pecuária, dentre elas, é a atividade mais desenvolvida. O efetivo bovino está presente em quase todas as propriedades, conforme se pode observar no Quadro 5.3-30 e na Figura 5.3-29.

As finalidades do efetivo animal, de acordo com as informações obtidas durante a pesquisa e demonstradas no Quadro 5.3-31 e na Figura 5.3-30, são, ao mesmo tempo, de consumo e venda. A comercialização, quando necessária à sua realização, é feita em pequeno número, através de compradores locais, conhecidos na região como “catireiros”, ou proprietários locais. São comercializados, além do efetivo bovino, porcos, galinhas caipiras, ovos, queijo e leite. A comercialização do queijo, na maioria das vezes, é realizada através de comerciantes da região, conhecidos com “queijeiros” que recolhem a produção nas propriedades pagando cerca de R\$ 2,80 pela peça de aproximadamente 1kg.

As criações (galinhas e porcos) e os produtos (queijos e ovos), embora sejam utilizados para o consumo familiar, funcionam também como importante reserva de valor, ou seja, são comercializadas a partir das eventuais necessidades. Segundo informações, todos os produtos possuem grande aceitação, tanto entre os moradores locais vizinhos e das cidades vizinhas quanto de comerciantes de outros importantes centros, como Brasília e Araguari, que vão à região para realizar as compras.

A produção agrícola nas propriedades é pouco representativa, sendo utilizada basicamente para subsistência (consumo humano e animal), conforme se pode observar no Quadro 5.3-32 e na Figura 5.3-31. Os dados revelam ainda um grande número de propriedades que não possuem qualquer tipo de produção agrícola, evidenciando a predominância, na região, da pecuária. Dentre as culturas desenvolvidas pelos proprietários, pode-se destacar o feijão, a cana-de-açúcar, a mandioca, o arroz e o milho (Quadro 5.3-39 e Figura 5.3-32).

São poucas as práticas agrícolas desempenhadas pelos proprietários. Um dos principais fatores que contribui para o pequeno grau de aproveitamento está associado ao baixo poder aquisitivo da maioria dos proprietários (Quadro 5.3-34 e Figura 5.3-33), onde grande parte (72%) recebe até 3 salários mínimos. A utilização de maquinário é bastante restrita, sendo feita por um reduzido número de proprietários, como mostra o Quadro 5.3-35. Os dados revelam ainda que mais da metade dos proprietários não utiliza qualquer tipo de implemento agrícola.

Quanto à utilização de defensivos agrícolas, observa-se, no Quadro 5.3-36, que a grande maioria das propriedades não utiliza defensivos na lavoura. Dentre os poucos produtos utilizados, pode-se citar o tamaron, aplicado individualmente ou consorciado com o furadan.

O uso de irrigação na região é também bastante restrito, sendo feito por apenas 4 proprietários, como se pode verificar no Quadro 5.3-37. Segundo a maioria dos entrevistados, a sua utilização é inviabilizada, devido ao elevado custo de aquisição e manutenção do sistema.

É importante ressaltar que, durante a pesquisa, foram identificadas importantes atividades em duas propriedades. Na primeira, conhecida como Fazenda Pirapetinga dos Monteiros, pertencente a Luiz Manteiga Alves de Campo, localizada na margem direita do rio São Marcos, no córrego Pirapetinga, existe um alambique que produz aguardente de cana em escala comercial. São produzidos 1.200 litros por dia do aguardente conhecido como Castelo Branco. O produto sai da propriedade engarrafado e rotulado para ser consumido nos municípios da região. A outra propriedade, localizada também na margem direita do rio São Marcos, no município de Campo Alegre de Goiás, pertence a Maria do Rosário Dias Paranhos, que possui um alvará de pesquisa de diamante industrial numa área de 2.000 ha. No entanto, durante a realização da pesquisa, observou-se uma exploração contínua, tanto na parte terrestre quanto dentro do rio São Marcos, embora o alvará apresentado tenha sido expedido apenas para pesquisa. De acordo com esse Alvará N° 5.029, de 05 de agosto de 1999, a proprietária está autorizada a realizar a pesquisa por um período de 03 (três) anos a contar da data de publicação do mesmo, no Diário Oficial da União, que foi feita no dia 11 de setembro de 1999.

Vale ressaltar que o uso das águas do rio São Marcos ocorre praticamente para matar a sede do gado, para a pequena irrigação e para a prática da pesca, exclusivamente como atividade de lazer. A maioria dos entrevistados declarou utilizar as águas do rio São Marcos apenas para a atividade de pesca. Uma parcela significativa declarou não utilizar esse manancial. Considerando que a pesca é, nessa região, uma atividade associada ao lazer, tem-se que o rio São Marcos tende a ter preferencialmente essa utilidade.

(3) Condições de Vida

Aspectos Educacionais

Dos 312 moradores na área a ser afetada pelo reservatório, a maior parte (227) possui alguma escolaridade. Existem ainda 60 pessoas com mais de 7 anos que não sabem ler nem escrever (analfabetas) ou que apenas sabem assinar o nome (alfabetizadas),

conforme pode ser visto no Quadro 5.3-38 e na Figura 5.3-34. Os demais (25) são crianças que ainda não estão em idade escolar.

O primário incompleto agrega o maior número de pessoas (77). Esse número se eleva quando são incorporadas mais 69 pessoas com o primário completo, chegando a representar mais de 46 % dos moradores com escolaridade até a 4ª série. Foram identificadas 46 pessoas com o primeiro grau incompleto, cursando ou que abandonaram os estudos, e, com o curso completo, apenas 9 pessoas (2,9 %).

São poucos os moradores com o 2º grau completo (12 pessoas). Com 2º grau incompleto, há 8 pessoas.

Com nível superior, foram identificadas apenas 5 pessoas, sendo que, destas, 2 ainda não completaram o curso. Apenas 1 morador possui curso profissionalizante.

De acordo com a distribuição de alunos nos 1º e 2º graus, observa-se que existem restrições para elevar o nível de escolarização da população em idade escolar. Isso está condicionado a diversos fatores, dentre os quais pode-se citar:

- deslocamento freqüente das famílias à procura de novas oportunidades de emprego e melhores condições de vida;
- a grande distância das escolas, que impossibilita a continuidade/complementação do ensino fundamental (5ª à 8ª série);
- necessidade de ajudar na complementação da renda familiar.

Embora muitos alunos residentes na área do futuro reservatório utilizem os veículos cedidos pelas Prefeituras Municipais para continuar seus estudos em outras localidades, ainda é baixo o nível de escolaridade da população. A maior parte dos alunos que se beneficiam com o transporte, de acordo com os dados apresentados no Quadro 5.3-39 e na Figura 5.3-35, são os que estão cursando o primário (1ª à 4ª série) e o 1º grau incompleto (até a 8ª série). Mesmo com essa ajuda, as dificuldades para os alunos são grandes, devido à distância que eles ainda têm que percorrer, a pé, até a estrada principal onde passa o transporte gratuito.

Quando a residência fica próxima à rota do transporte coletivo ou de alguma escola no bairro, torna-se mais fácil o acompanhamento escolar, como é o caso dos alunos residentes na localidade conhecida como Rancharia, dentro do município de Campo Alegre de Goiás, onde foram identificadas 02 escolas municipais (Escola Municipal Santa Terezinha e Escola Municipal Santo Amaro). Vale ressaltar que, com a implantação do empreendimento, essas escolas ficarão próximas ao reservatório, principalmente a Escola Municipal Santa Terezinha.

Saúde da População

As unidades de saúde mais utilizadas pelos moradores residentes na área do reservatório são identificadas no Quadro 5.3-40 e na Figura 5.3-36. De acordo com os dados apresentados, as mais procuradas são as unidades hospitalares existentes no município de Catalão. A Santa Casa de Misericórdia, nesse caso, é a mais procurada.

Os meios de locomoção mais utilizados pela população são apresentados no Quadro 5.3-41 e na Figura 5.3-37. Devido à falta de transporte coletivo circulando na região, a população recorre à ajuda de vizinhos para chegar às unidades de saúde, localizadas nas sedes municipais. Essas viagens, na maioria das vezes, são pagas. Na localidade de Rancharia, por exemplo, elas têm um custo aproximado de R\$ 40. Essa é uma prática utilizada não apenas por aqueles que precisam de assistência médica, mas também pelos que precisam se deslocar às cidades vizinhas para suprir outras necessidades.

Habitações

Embora a pesquisa tenha identificado 85 propriedades, é importante ressaltar que o número de habitações encontradas é ligeiramente superior, devido ao fato de residir, em algumas propriedades, mais de uma família, geralmente, com algum grau de parentesco.

As condições de moradia, tipo de construção, estado de conservação e de instalações existentes nessas habitações são apresentadas no Quadro 5.3-42 e Figura 5.3-38, onde pode-se observar que são poucas as casas que apresentam um bom padrão de construção e conservação, passando, a grande maioria, de regular a péssimo. Isso é reflexo do baixo poder aquisitivo das famílias residentes.

Mesmo com toda a falta de infra-estrutura básica, como se verifica através dos dados coletados, durante as entrevistas, a grande maioria das pessoas não demonstrou insatisfação com as condições de moradia.

Comunicação e Lazer

As formas de lazer para a maioria da população são descansar, assistir televisão ou pescar, como mostra o Quadro 5.3-43.

A distância dos principais centros (Catalão, Davinópolis e Campo Alegre de Goiás) e a falta de transporte coletivo reduzem ainda mais as opções de lazer, principalmente da população jovem. O constante trato dos animais, principalmente do gado de leite, que tem horário para a ordenha, é outro grande entrave para as pessoas que procuram opções de lazer fora do local de moradia. Assim, a pesca passa a ser a forma de lazer

mais comum para a população.

Os meios de comunicação mais utilizados pelos moradores são apresentados no Quadro 5.3-44. Dentre as emissoras de televisão mais sintonizadas pelos moradores, por ordem de preferência, pode-se destacar a Globo, o SBT, a Bandeirantes e a Record. A televisão, no entanto, é um meio de comunicação não disponível por uma parcela da população, desprovida de energia elétrica ou com baixíssimo poder aquisitivo.

Com forte presença na região, como foi possível constatar durante a realização da pesquisa, o rádio é o aparelho que se faz presente em quase todas as casas visitadas, inclusive entre os moradores com baixíssimo rendimento e residindo em locais de difícil acesso. Mesmo os que possuem televisão, utilizam o rádio como forma de manterem-se informados sobre as notícias locais e regionais. Dentre as principais emissoras de rádio sintonizadas pela população, pode-se citar: Liberdade-FM e Cultura-AM de Catalão, Globo-AM/RJ, Nacional-AM/DF e Capital-AM/DF.

Uso do Rio

O rio São Marcos, na opinião da maioria dos moradores, não é poluído, sendo utilizado por muitos como fonte de abastecimento animal ou para a prática de lazer (pesca) (Quadro 5.3-45). A maioria dos entrevistados declarou utilizar as águas do rio São Marcos apenas para a atividade de pesca. Outra parcela da população, no entanto, não utiliza esse manancial para qualquer tipo de atividade.

Dentre as espécies de peixes normalmente capturadas na região, pode-se destacar o piau, a piapara, a traíra, o papa-terra, o pacu, o pintado, o dourado, o mandi e o lambari.

(4) Organização Social

Associativismo

No que diz respeito ao padrão associativista da AID, pode-se constatar que ele é diversificado, de vez que: (i) praticamente inexistente nas porções territoriais pertencentes aos municípios de Catalão, Davinópolis, Ipameri e Campo Alegre, uma vez que as únicas entidades que atuam de forma tímida e irregular são os Sindicatos de Trabalhadores Rurais; e (ii) ocorre de forma mais regular nos municípios de Cristalina e Paracatu, possivelmente devido à presença nessas áreas do Movimento dos Sem Terra e de Assentamentos do Incra, o que contribui para evidenciar e intensificar a atuação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e das Associações de Pequenos Produtores. No município de Cristalina, atua a Associação dos Produtores do São Marcos.

São poucos os moradores que participam ou estão ligados a algum tipo de organização, seja ela patronal ou sindical, de produção ou de assistência comunitária (associações ou centros), como se pode observar no Quadro 5.3-46 e na Figura 5.3-39. A Cooperativa Agropecuária de Catalão-COACAL é a entidade que congrega o maior número de associados.

Dentre as associações que atuam na região, merece destaque a Associação de Moradores de Anta Gorda e Olhos D'Água, sediada em Anta Gorda. Segundo um dos integrantes, a entidade está ligada diretamente ao Conselho das Associações dos Moradores de Catalão-CAMOC. Os integrantes dessa associação se reúnem regularmente para discutir os problemas da comunidade, que depois são levados ao conhecimento do CAMOC para que sejam adotadas as medidas necessárias. Encontra-se ainda nessa localidade um Centro Comunitário, conhecido como São Sebastião. Embora esteja ligado à paróquia do bairro, a forma de atuação é semelhante à desempenhada pela Associação de Moradores, ou seja, em benefício da comunidade local.

Segundo informações coletadas, na área goiana é muito forte a participação da zona rural nos processos políticos em marcos clientelistas, enquanto que, no município mineiro de Paracatu, essa modalidade de política vem diminuindo, face ao acentuado processo de conscientização desenvolvido por entidades ligadas ao poder público local, através de programas e projetos participativos.

(5) Análise Motivacional

A realidade social objeto de interesse deste estudo possui como traço mais relevante o fato de que a condição de ocupação na região é marcada pelos vínculos de parentesco e pelos processos de partilha das propriedades (herança). É importante destacar que antigas fazendas, após passarem por processos de desmembramento, foram vendidas a produtores de outras regiões, o que marca na atualidade a presença desses novos proprietários, indicando tendências a mudanças no perfil tradicional das formas de ocupação desse espaço.

Tendo como referência esta constatação, a pesquisa identificou os seguintes atores sociais:

- grandes e médios fazendeiros, cuja exploração principal é a pecuária leiteira e de corte;
- “empresários rurais”, que exploram de forma empresarial a propriedade;
- algumas pequenas comunidades rurais, cuja origem, na maioria dos casos, está assentada em relações de parentesco. São comunidades nascidas da partilha de

uma grande propriedade (distribuição de herança). Pode-se identificar comunidades deste tipo nas áreas de Rancharia, Anta Gorda, Porto dos Pachecos e Porto Soledade;

- trabalhadores possuidores de terra que, dada a condição de descapitalização, vivem nas grandes fazendas como empregados, embora possuam minifúndios, onde, na maioria dos casos, desenvolvem pequena agricultura de subsistência;
- trabalhadores sem terra, que moram nas grandes fazendas e que, eventualmente, prestam serviços em outras propriedades próximas;
- arrendatários / locatários, que possuem vínculos pontuais com as propriedades da área, vínculos estes, na maioria das vezes, comerciais (arrendatários de aluguel de áreas para pasto, etc.);
- moradores cujo vínculo de moradia define o conjunto de relações que estabelecem com a propriedade;
- comerciantes, que são proprietários das pequenas unidades comerciais situadas na área, unidades estas que podem ou não agregar o espaço da moradia;
- assentados do INCRA, parceleiros do PA Vista Alegre (município de Paracatu); e,
- proprietários dos ranchos de pesca que utilizam a área apenas para atividades de lazer (pesca).

A visualização do espaço onde as pessoas vivem passa necessariamente pela compreensão de como elas representam e identificam o seu “lugar”. Um “lugar” que é expressão de um conjunto de relações que traduzem o cotidiano das pessoas numa dada realidade social. Desse modo, a pesquisa realizada buscou proceder a uma leitura do espaço que constitui a área de inundação do AHE Serra do Facão, como o “lugar” de um dado sistema de posições no qual os indivíduos se distribuem e também estabelecem, em função das posições que ocupam, uma rede de relações que dão sentido à sua existência.

Assim, a análise dos discursos mais comuns revelou como a população vem expressando seus sentimentos acerca do processo de mudança previsto, com a instalação do empreendimento. E como, também, expressam seus receios face às possíveis interferências em seu cotidiano, especialmente aquelas que possam provocar rupturas nos seus modos de vida historicamente construídos.

Em linhas gerais, pode-se inferir que os principais temores dessa população concentram-se na possibilidade de desestruturação de relações dependentes de

vínculos de parentesco e na incerteza de recomposição econômica após o processo indenizatório. As lembranças de experiências semelhantes em outras regiões do país tendem a permear os discursos apreendidos ao longo da pesquisa de campo e a traduzir, em sua grande maioria, medos e rejeições que sintetizam a necessidade de que, de alguma forma, o “espaço” como representação da vida cotidiana precisará ser reconstruído.

Neste contexto, alguns temas são introduzidos no imaginário social e são expressivos de grupos de interesses específicos. Em linhas gerais, esses temas podem ser resumidos nos termos comentados a seguir.

AHE Serra do Facão: um empreendimento que divide as opiniões

A população pesquisada tem uma longa história de convivência com a possibilidade de instalação do empreendimento. De um lado, é possível identificar aqueles que, face às dificuldades que enfrentam atualmente para explorar economicamente a propriedade, torcem para que o empreendimento não tarde a chegar: *“aqui eu vivo mal, num tenho recurso para ter um rebanho que me dê lucro, a terra num presta pra plantar, eu quero mesmo é ir pro Tocantins, só num fui ainda pro mode esperar essa usina e ganhar uns trocados a mais. Mas assim que sair, eu pego a indenização e vou embora, isso aqui é pura consumição”* (médio proprietário de Campo Alegre). De outro, o longo tempo de espera vem gerando ansiedades, incertezas e prejuízos: *“eu queria investir na propriedade, tenho recurso pra isso e de mais a mais preciso ganhar dinheiro. Se faço um pasto lá pra aqueles lado e alugo, tenho mais renda. Mas como eu vou investir, se na hora que me animo vem novamente essa noticia que a barragem vai sair? E a gente sabe que proprietário sempre sai perdendo, a gente viu como foi em Emborcação, Corumbá e Serra da Mesa. Nos dias de hoje, num dá pra arriscar, tá tudo muito difícil.”* (grande proprietário de Catalão).

Pode-se deduzir que o empreendimento, nessa região, é portador de sentimentos ambíguos, que vão da desconfiança à especulação em torno da possibilidade de vantagens. No campo das especulações, há ainda algumas poucas tentativas de compra de terras, tendo em vista a obtenção de vantagens quando do processo indenizatório: *“Eu sei de gente que comprou umas terras na beira do São Marcos para ganhar com a indenização, e também tem gente que vive atentando os mais pobres pra comprar terras perto do São Marcos, sabe como é, pobre quando vê qualquer dinheiro fica logo animado, só que pega o dinheiro e num consegue passar nem um ano com ele. Teve gente aqui que já se iludiu com isso”* (pequeno proprietário de Campo Alegre).

Complementando esta narrativa, tem-se que o poder público local, especialmente o de Catalão, está atento para a possibilidade de expansão de processos especulativos que

possam prejudicar principalmente a população mais pobre: *“a gente sabe que tem muita gente esperta querendo tirar vantagem e está atenta pra isso, por que não adianta o camarada que é da zona rural receber um dinheiro e vir para a cidade que vai morrer de fome em pouco tempo. A periferia da cidade está cheia de casos assim, sabemos que não dá certo. Por isso, estamos atentos para que a usina não venha estimular o crescimento da periferia, a favelização. Não se pode vestir um santo e despir outro”* (poder público de Catalão). Na realidade, por trás deste discurso está a preocupação com a mudança de lugar da pobreza, do campo para a cidade, uma vez que, na zona rural, a condição de pobreza tende a ser minimizada através de arranjos pontuais, enquanto que na cidade seus desdobramentos tendem a ser mais intensos e negativos: *“a pobreza na roça não mata o camarada de fome, ele sempre dá um jeito pra alimentar e vestir sua família, de cuidar da saúde com ervas e, só numa emergência, vem buscar uma ajuda na cidade. Aqui na cidade, o que a gente vê é que a pobreza está fazendo crescer a violência, a mendicância, a fome mesmo e Catalão não pode conviver com isso, somos um município em desenvolvimento, onde o índice de desemprego urbano ainda não é alarmante e as perspectivas de investimento são promissoras”* (poder público de Catalão).

Além disso, para o poder público dos diferentes municípios que integram a área atingida, o empreendimento é visto como fonte de “desenvolvimento”, uma vez que acena com a possibilidade de exploração de outras atividades econômicas, tais como as turísticas. No âmbito desses atores, não existem resistências e sim certezas e compensações a serem negociadas: *“todos os municípios desejam esse empreendimento, até onde eu sei vocês não vão encontrar ninguém contra. A barragem vai transformar isso aqui num pólo turístico como Três Ranchos e aquilo lá é uma prosperidade. Depois a gente sabe que, pela lei, os municípios têm compensações pra receber e, por aqui, com exceção de Catalão, todos são municípios carentes, que precisam dessas compensações. Queremos é que essa obra venha logo para movimentar a economia da região”* (poder público de Campo Alegre). Ou ainda : *“a gente aqui precisa dessa barragem, e dizem que a obra vai ficar toda aqui no nosso município. Melhor ainda, vamos ter serviços, o povo aqui carece de serviço, vamos poder oferecer pra obra trabalhadores e atender às necessidades do canteiro com nossa gente. E depois, por lei, tem as compensações que pra gente hão de ser muito grandes, a barragem tá aqui em nossa terra, num é?”* (poder público de Davinópolis).

As compensações aqui mencionadas podem ser enunciadas nos termos de projetos que beneficiem a região; dentre eles, foram citados: projetos de piscicultura, de educação ambiental, de agricultura orgânica, ecoturismo, etc.

É importante destacar que, do ponto de vista da população, uma das compensações demandadas diz respeito à possibilidade de retirada e comercialização da madeira na

área de inundação do empreendimento: *“a gente queria muito saber se vai poder tirar a madeira, por que isso vai ser um bom negócio, um benefício para gente que é pobre”*. (trabalhador de Catalão).

“Trabalho”, o único patrimônio a ser perdido

No universo dos trabalhadores que vivem na área de inundação do AHE Serra do Facão, a expectativa mais comum é quanto à possibilidade de perda da atual situação. Considerando a escassez de alternativas de trabalho na região, tendo em vista que as cidades próximas não têm capacidade de absorção da mão-de-obra rural, e dadas as dificuldades culturais de inserção do Homem do campo na vida urbana, a possibilidade de construção do empreendimento vem gerando grande incerteza para essa população: *“na cidade nós passa fome, vai virar pardal comendo no quintal dos outros, vai ficar vivendo de cesta básica, vai ser só precisão. Aqui nós tem a panela cheia, vai se virando, um ajuda o outro. O povo da cidade não olha na cara, vive correndo aperreado, pra saí daqui, sei não, acho que é melhor matar a gente”* (trabalhadora em Campo Alegre). Ou ainda: *“vai ser difícil essa barragem pra nós que num tem terra, que vive de serviço, o patrão já anunciou que vai embora, vai lá pras bandas de Santo Antônio e aí, na certa, vai tratar com trabalhador de lá. Eu tô aqui faz tempo, uma vez arrisquei na cidade, mas deixei a mulher aqui, fiquei só uns dias e voltei, pra lá é muito difícil, agora eu num quero mais saber de rua, meu sossego tá aqui na roça. Melhor se essa barragem num vem”* (trabalhador de Davinópolis).

Família e vizinhança : vínculos que garantem a sobrevivência

Algumas comunidades que vivem na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento têm sua história construída nos marcos dos vínculos familiares e/ou das relações de vizinhança e compadrio. São famílias que moram próximas e que, na maioria das vezes, ocupam terras herdadas, ou ali chegaram mediante os vínculos acima mencionados. Para esses grupos, a possibilidade de perda da condição atual de moradia e vizinhança significa não somente o desmantelamento de sua história de vida, como também o comprometimento de sua sobrevivência. Isto porque observou-se, ao longo da pesquisa de campo, que, dada a configuração fisiográfica da área, esses grupos tendem a viver isolados: *“nós aqui só contamos com a união de nossa gente, éramos 15 irmãos, alguns já morreram, mas os descendentes continuam aqui, as viúvas, os filhos, o filho do filho, é assim que a gente vive. Não tem outro jeito, como vai ser? A gente num tem como ir pra “rua”, nosso estudo é a roça. Vai fazer o que na “rua”, viver de esmola? Tem de ter um jeito dessa barragem num vir e nos deixar tudo quietado”* (proprietário numa pequena comunidade em Campo Alegre). Ou ainda : *“num quero acreditar que essa barragem vai vir e tirar o pouco que nós conseguimos. Aqui é tudo gente modesta que só sabe lidar com o gado e com a roça. A gente tudo se acode, ninguém passa precisão aqui, vive com pouco mas num passa precisão.*

Nenhum de nós nunca saiu daqui pra tentar a vida fora, nem os mais moços. Fica tudo por aqui quietinho com seu pedaço de chão. Num é de certo vir essa barragem pra nos desassossegar. Vamos deixar o São Marcos do jeito que tá, num vê o que estão fazendo lá pras bandas de Serra da Mesa, que deixou muita gente na consumição. E em Emborcação? Tem gente que até hoje num se aprumou, a gente não quer esse desmando pra cá. Mas a gente sabe que é pequeno e num vai poder fazer nada, que vai ter que se conformar, mas veja bem o que vocês vão fazer com esse povo. É por isso que tem muita maldade por aí, o governo é o primeiro a judiar do povo” (proprietário numa pequena comunidade em Catalão).

Como se pode observar, para esse grupo, os sentimentos variam do medo à constatação da impotência diante do empreendimento a ser concretizado numa vontade política (do governo). Nesse sentido, pode-se observar que as situações de maior sensibilidade na área em estudo conduzem justamente a essas comunidades, cuja sobrevivência é reproduzida quotidianamente nas relações de parentesco e proximidade espacial.

A falta de informação gerando descrença e distorções

Tendo em vista que as primeiras notícias acerca do AHE datam de mais de 10 anos e que as informações circulam de forma esporádica, a maioria da população local tende a desacreditar na execução do empreendimento, ao mesmo tempo que se considera refém de boatos de procedência indeterminada que eventualmente circulam: *“a gente aqui não sabe bem o que pensar, quando já não acredita que essa barragem vai sair, vem alguém e conta que esteve na cidade e por lá dizem que a barragem vem e vai desalojar todo mundo. Eu penso que não pode ser assim, que nós tem direitos, mas tem gente que diz que nestes casos pobre num tem direito, tem é de sair como fizeram em Emborcação e Corumbá. Eu nem sei o que pensar, o certo era o governo vir nos falar de verdade, pra nós poder ter uma idéia, num tá certo nosso destino ficar nas mãos de sei lá quem, num acha?”* (proprietário de pequeno comércio em Catalão). Ou ainda: *“eu só sei que essa barragem tem é servido pra muita gente que num presta se eleger. O cara chega aí, promete que vai defender a gente nessa barragem, que vai lutar contra os homens lá de Brasília e aí consegue um bocado de voto, depois some e se a barragem vier, com certeza, num vai querer é nada de brigar por nós. E a gente que é pequeno fica aqui sem saber o que vai acontecer, só sabe que de vez em quando chega aí uns técnicos pra fazer uns estudos, mas também num dizem nada de certo. É muita consumição moça, viver assim é muito ruim, num acha?”* (pequeno proprietário de Campo Alegre).

Dentre os boatos que geram inúmeras controvérsias na área, encontram-se aqueles que se relacionam com o valor da indenização e a forma e duração do processo indenizatório: *“tem uns que falam que a gente demora tanto a receber a indenização,*

que às vez já se foi e é um filho ou um parente que recebe. Ouvi falar que em Emborcação tem gente velha que tá quase morrendo na precisão e que num recebeu ainda nem um centavo. Isso num é justo, a gente sabe que num pode contra a força do governo, mas num tá certo ele vir e tirar tudo de quem já tem tão pouco” (proprietário de Catalão). Ou ainda : “a gente sabe que quem só mora num tem direito, mas e eu que vivo aqui há mais de 20 anos e a bem dizer toco essa propriedade pro dono que faz uns 10 anos num pisa aqui. A minha casa fui eu que levantei, vou ter de sair com as minhas coisas nas costas como fosse um vadio, eu que sou trabalhador desde criança. Eu num tenho pra donde ir, vou ter que fica com a mulher e as painelas no mundo sem rumo?” (morador numa propriedade em Campo Alegre).

Lugar das resistências

Considerando que o empreendimento vem sendo discutido na região com uma certa irregularidade, levantando de tempos em tempos polêmicas acerca de sua instalação, não se pode garantir, nem tão pouco precisar, a intensidade das possíveis resistências. Entretanto, a pesquisa realizada indicou que existe uma forte tendência por parte de alguns grandes proprietários em se organizar para negociar, principalmente, os valores e procedimentos indenizatórios. Além disso, observa-se, no contexto regional, a existência de grupos ambientalistas que poderão vir a se tornar opositores do empreendimento, no momento da aprovação dos Estudos de Impacto Ambiental. São grupos que, na atualidade, se dedicam a acompanhar todos os estudos deste tipo que acontecem no município de Catalão. E que, enquanto participantes do Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente, atuam como veículo de discussão e negociação entre o poder público local e a sociedade civil. Dentre os principais grupos identificados, destacam-se : o Núcleo Ambiental, o Grupo Ecológico Chico Mendes e a Sociedade Ecológica de Catalão. É importante ressaltar que, possivelmente, a partir da organização desses atores sociais, poderão surgir novos grupos nos demais municípios que compõem a área do empreendimento, situação típica de processos de licenciamento ambiental.

Com relação ao questionário, embora tenham sido identificadas 85 propriedades na área do futuro reservatório, com 105 famílias residindo, apenas 89 famílias responderam às perguntas referentes às aspirações e expectativas sobre a implantação do empreendimento na região. As demais famílias, que residem em companhia de outras numa mesma casa ou próxima, preferiram responder essa parte do questionário em conjunto (Quadro 5.3-47).

Para finalizar, tem-se que o caráter esporádico das informações acerca do empreendimento, associado ao fato de que 70,8% da população entrevistada declararam gostar de viver no lugar (67,4% nunca pensaram em sair do lugar), é responsável por um conjunto de ansiedades e medos típicos de situações como esta, o

que pode acentuar as expectativas negativas e expandir as resistências e rejeições ao empreendimento.

d. Comunidades a jusante

Na metodologia aplicada, as famílias residentes logo a jusante do eixo foram consideradas como parte integrante da pesquisa. O objetivo principal dessa inclusão foi manter um conhecimento sobre as propriedades, as famílias que nelas residem e até que ponto o rio São Marcos exerce importância sobre elas. Esse conhecimento prévio se faz necessário, devido principalmente ao fato de que, com a implantação do empreendimento, o regime fluvial e a qualidade de água do rio serão alterados, podendo refletir ou não sobre as famílias ou atividades desenvolvidas. Assim, o questionário aplicado nessas propriedades possuiu o mesmo teor do que foi aplicado nas propriedades localizadas a montante.

De maneira geral, verificou-se, através dos dados apresentados, a seguir, que tanto as propriedades quanto as famílias residentes possuem um padrão ligeiramente superior ao encontrado nas famílias e propriedades localizadas a montante do barramento (Quadro 5.3-48).

O processo de ocupação na região, por parte da maioria dessas famílias, aconteceu em moldes parecidos com o das famílias localizadas a montante do barramento, ou seja, através de herança familiar. Acostumadas ao local, tanto pelas atividades desenvolvidas quanto pelas moradias, a maioria não pensa em sair do local.

No que diz respeito ao padrão associativista dessa porção da AID, pode-se deduzir que ele é semelhante àquele predominante na área a montante. No município de Ouvidor, na região próxima ao rio São Marcos, o movimento associativista está basicamente circunscrito às entidades tradicionais, tais como as Associações de Moradores, Associações de Pequenos Produtores e ao Sindicato de Trabalhadores Rurais. Na medida em que se alcança o município de Três Ranchos, pode-se constatar que na área urbana o associativismo está direcionado, principalmente, para as demandas típicas de áreas de exploração turística, nas quais a preservação do meio ambiente passa a orientar as principais preocupações da população.

As principais expectativas e motivações identificadas na área a jusante do reservatório do AHE Serra do Facão conduzem à possibilidade do empreendimento contribuir para a regularização do nível da água no lago de Três Ranchos. Isto porque, dada a intensa exploração turística desse espaço, a atual escassez de recursos hídricos vem alterando negativamente a rotina dessa atividade, com repercussões danosas para a economia local. Em linhas gerais, observa-se nessa área que:

- as águas do rio São Marcos são utilizadas basicamente para consumo animal e

para o lazer nos marcos da pesca;

- a maioria das propriedades desenvolve a pecuária leiteira e de corte;
- grande parte das propriedades possui uma dinâmica econômica articulada com as atividades turísticas desenvolvidas no município de Três Ranchos. São propriedades nas quais estão instalados “ranchos de pesca”;
- pequeno comércio instalado próximo a essa área sobrevive basicamente dando suporte a essas atividades de lazer;
- a principal expectativa na região em torno do AHE Serra do Facão é que o empreendimento simultaneamente possibilite o incremento das atividades turísticas e contribua para regularizar o lago de Três Ranchos, hoje cerca de 15 metros abaixo do nível ideal.

Neste contexto, pode-se identificar, nessa área, os grupos de interesse descritos a seguir.

Proprietários que vivem na área e a exploram economicamente

São os que, freqüentemente, dedicam-se à pecuária leiteira e de corte. Para este grupo, o AHE Serra do Facão poderá interferir apenas no que se refere à utilização das águas do rio São Marcos para uso dos animais: *“a gente precisa é saber como vão ficar os bois sem água, se essa água diminuir com a barragem, como eles vão sobreviver na seca?”* (proprietário, de Ouvidor).

Proprietários que não vivem na área e a exploram economicamente

Neste grupo, encontram-se os que exploram os “ranchos de pesca” e /ou de lazer, ou desenvolvem atividades comerciais associadas a essas atividades. São, na maioria, atividades de fim de semana e/ou sazonais, incrementadas principalmente no período das férias escolares: *“a gente não tira muito, mas dá quase pra viver uma boa parte do ano, porque isso aqui de dezembro a depois do carnaval ferve de gente que vem de todo lugar, vem muito de São Paulo e Minas, e com essa barragem vai ser muito bom porque a água num vai baixar mais. Nós não vamos passar o sufoco que Três Ranchos está passando, com a água muito baixa”* (proprietário, de Ouvidor).

Trabalhadores que vivem na área cuidando das propriedades

Apenas o vínculo de trabalho justifica a presença deste grupo na área e aparentemente sua rotina não mudará com a implantação do empreendimento: *“o patrão vive em São Paulo, às vez passa seis meses sem aparecer, manda só o pagamento e o das despesas pelo banco. Ele já não tem muito gosto de vir aqui, acho que mantém essas*

terras porque é coisa de herança, o pai dele, dizem, não saia daqui, só foi pra cidade quando adoeceu. Ele não, ouço dizer que quando está de férias vai pra outras bandas. Às vezes aparece aqui um amigo dele com a família pra descansar, às vezes o filho com a mulher, mas ele mesmo, é difícil. Pra mim é bom, fico me ajeitando sossegado” (trabalhador em propriedade, de Ouvidor).

Quanto à possibilidade de implantação do empreendimento, observou-se, a partir dos questionários, que a maioria das famílias desconhece o que, efetivamente, poderá ocorrer após a sua construção. No entanto, de acordo com a opinião de duas famílias, caso o rio venha a “*diminuir o volume*”, irá prejudicar o abastecimento animal. Já uma família mostrou-se satisfeita com o empreendimento, desde que haja água suficiente para o gado. Duas outras, porém, disseram que não irá prejudicar em nada o desenvolvimento das atividades.

e. Infra-Estrutura Afetada

A implantação do AHE Serra do Facão deverá interferir parcialmente na infra-estrutura local, principalmente no sistema viário, composto por estradas municipais vicinais, não pavimentadas, que possibilitam o acesso ao interior das fazendas e aos bairros locais. Algumas travessias, constituídas de pontes de madeira, deverão ser também afetadas.

Essas estradas situam-se em relevo ondulado, com reduzido fluxo de veículos, onde as condições de tráfego são regulares, com exceção no período chuvoso, quando alguns trechos se tornam intransitáveis. As condições geométricas atuais, apesar de irregulares, sem características definidas, rampas acentuadas e curvas reversas fechadas que, às vezes, permitem o acesso de apenas um veículo, atendem satisfatoriamente à demanda, composta basicamente pelo reduzido tráfego de veículos que servem à população e ao escoamento da produção local, voltada basicamente para a pecuária.

Dentre as principais vias de circulação que terão segmentos afetados, estão as rodovias estaduais GO-506 e GO-213:

- a GO-506 é uma rodovia pavimentada que foi inaugurada em 24/08/85, sendo conhecida como Rodovia José Matias. Permite a ligação entre a sede distrital de Pires Belo, localizada às margens da BR-050, e a sede distrital de Santo Antônio do Rio Verde, ambas pertencente ao município de Catalão. Essa rodovia cruza o rio São Marcos, na localidade conhecida como Porto Carapina, através de ponte de concreto de 145,95 m x 5,05 m. Tanto uma parte da rodovia quanto a ponte de concreto existente sobre o rio São Marcos serão afetadas pelo reservatório. Trata-se de importante via de circulação que permite o escoamento de toda a produção de grãos produzidos na região do distrito de Santo Antônio do Rio Verde;

- a GO-213 é uma rodovia sem pavimentação que permite a interligação entre a cidade de Campo Alegre de Goiás e a rodovia MG-043. Os segmentos da estrada, tanto da margem esquerda quanto da direita, serão afetados pela formação do lago, praticamente impossibilitando a continuidade da travessia no local, realizada atualmente por meio de balsa.

A região conta com duas travessias no rio São Marcos, realizadas atualmente por meio de balsas:

- Balsa do Porto Pacheco: a travessia é realizada por balsa simples com capacidade para transportar apenas 1 (um) veículo de médio porte (até 5 toneladas). O deslocamento da balsa é realizado pela força da corrente de água do rio, controlada por um cabo de aço fixado nas duas margens. De acordo com o operador, a balsa é administrada pela Prefeitura Municipal de Campo Alegre de Goiás. A travessia é gratuita, sendo realizada diariamente, no período das 07:00 às 18:00 h;
- Balsa do Porto Salu ou Manoel Souta: essa balsa possibilita a continuidade da rodovia GO-213 após a travessia do rio São Marcos. O sistema empregado é o mesmo utilizado na balsa do Porto Pacheco, com igual capacidade de atendimento. A administração fica sob a responsabilidade do Consórcio Intermunicipal Campo Alegre-CRISA de Catalão. Durante o dia (07:00 às 18:00 h), a passagem é gratuita, passando a ser cobrada tarifa por tipo de veículo (em tabela existente) após esse horário.

Parte da rede de energia elétrica (baixa tensão) que alimenta algumas propriedades e uma Linha de Transmissão de 34,5 kV que interliga o distrito de Pires Belo ao distrito de Santo Antônio do Rio Verde, passando a jusante da ponte sobre o rio São Marcos (GO-506), provavelmente serão também afetadas.

5.3.4 Planos e Programas Governamentais

Este item foi dividido em três partes, as duas primeiras com os Planos e Programas de âmbito estadual aos quais qualquer município pode procurar ser beneficiado. A terceira parte trata dos Planos e Programas municipais.

a. Estado de Goiás

Cumprindo o estabelecido nos arts. 165 e 174 da Constituição Federal e nos arts. 110 e 111 da Constituição Estadual, o Governo do Estado de Goiás elaborou o Plano Plurianual, denominado Goiás Século XXI-PPA 2000/2003.

Seguindo a metodologia adotada pelo Governo Federal, esse PPA inclui os investimentos da União no Estado de Goiás incluídos no Programa Avança Brasil, além

de indicar os investimentos privados previstos para o período 2000/2003.

O PPA, em linhas gerais, é um instrumento no qual o Estado de Goiás define seus investimentos e despesas por um período de 04 anos, organizados em programas que resultem em bens ou serviços para atendimento da sociedade. Orienta a Gestão Governamental, sendo executado através dos orçamentos anuais.

São 125 programas que fazem parte do PPA, sendo destinados aos municípios interessados, desde que atendam aos critérios básicos para obtenção dos recursos, mediante aprovação dos projetos.

b. Estado de Minas Gerais

No Estado de Minas Gerais, o Plano de Ação Governamental estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração estadual, conforme dispõe o art. 154 da Constituição do Estado, tendo como parâmetro obrigatório as políticas, ações e programas definidos no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado-PMDI. Efetivamente, esse Plano indica as políticas e os programas que o Governo se compromete a implantar, estabelecendo metas e estratégias gerenciais e de captação de recursos.

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado-PMDI, instituído pela Lei nº 12.501, de 29 de dezembro de 1995, define o planejamento da ação governamental em Minas Gerais através de três linhas básicas de atuação:

- a implantação de programas estruturantes;
- a coordenação de programas prioritários e de políticas, ações ou programas setoriais em consonância com as prioridades do Estado;
- o acompanhamento das ações permanentes das várias áreas do Governo, sob o enfoque da avaliação de seus resultados.

Os municípios interessados em obter recursos dos programas elaboram os projetos de acordo com diretrizes impostas pelo Governo. Os recursos obtidos mediante aprovação por parte de uma Comissão que analisará os projetos.

c. Municípios

No âmbito das políticas de abrangência local, os principais Planos e Programas (Ações/Projetos) em desenvolvimento nos municípios da região do AHE Serra do Facão são listados a seguir.

(1) Catalão (GO)

-
- EMCASA – Construção de Casas Populares, através da Prefeitura Municipal e da Caixa Econômica Federal - CEF.
 - Canalização do Córrego Pirapetinga, com financiamento do governo federal.
 - Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM.
 - Plano de Desenvolvimento da Região das Águas Emendadas (no momento, está paralisado).
 - Programa Brasil Criança Cidadã.
 - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar.

(2) Davinópolis (GO)

- Construção de Casas Populares, através da Prefeitura Municipal e da Caixa Econômica Federal - CEF.
- Construção de aterro sanitário.
- Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar.
- Programa de Distribuição de Cestas Básicas.

(3) Campo Alegre de Goiás (GO)

- Lavoura Comunitária.
- Construção de Casas Populares.
- Programa de Eletrificação Rural.
- Programa de Construção de Subestação de Energia Elétrica.
- Programa Intermunicipal para construção de pontes.
- Pavimentação asfáltica.
- Ampliação da iluminação no perímetro urbano.

(4) Cristalina (GO)

- Programa de fornecimento de cestas básicas, leite, pão, água e energia.
- Programa de fornecimento de gás de cozinha.

-
- Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM.

- Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar.

(5) Ipameri (GO)

- Programa de Recuperação da Micro-Bacia do rio Vai e Vem.
- Programa de Reciclagem de Lixo.
- Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM.
- Programa Garantia de Renda Mínima.

(6) Paracatu (MG)

- Programa Centro de Educação Ambiental.
- Programa Missão Criança.
- Projeto Posto de Saúde Móvel.
- Projeto Educar Plantando.
- Projeto Todos pela Criança.
- AABB COMUNIDADE.
- PRÓ-MORADIA, Infra-Estrutura urbana e drenagem pluvial.
- HABITAR BRASIL, construção de casas populares.
- PASS: Programas de Ação Social e Saneamento (para a rede de esgoto sanitário).
- PROINFRA: para adequação do trânsito no perímetro urbano (sentido do tráfego, sinalização, semáforo, cobrança de taxas).
- PRÓ-SANEAMENTO: drenagem urbana.
- Programa de incentivo do distrito industrial.
- Programa de turismo.
- Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar.

(7) Gerais

Os municípios desenvolvem Planos e Programas (Ações e Projetos) nas áreas de saúde e educação, dentre os quais podem ser destacados os que são comuns a todos, a seguir listados.

SAÚDE

- Ações educativas que possam interferir no processo de saúde/doença.
- Desenvolvimento de ações focalizadas nos grupos de risco e nos fatores de riscos comportamentais, alimentares e/ou ambientais.
- Investigação de casos de notificação compulsória.
- Ações de controle de qualidade de produtos e serviços, em especial a de alimentos e serviços de saúde.
- Ações de atenção básica dirigida a grupos específicos da população.
- Incentivo ao aleitamento materno.
- Combate às doenças preveníveis por imunização.
- Combate às carências nutricionais.
- Controle das infecções respiratórias agudas (prioridade 0 a 4 anos).
- Controle do Pré-Natal e Puerpério.
- Controle do Câncer Cérvico – Uterino e Mama.
- Controle do Câncer de Próstata.
- Programa de Saúde da Família.
- Planejamento Familiar.
- Controle e tratamento da Hipertensão Arterial e diabetes Mellitus.
- Saúde bucal – Prevenção curativa (Urbana e Rural).
- Programa de erradicação da Hanseníase, Tuberculose e Leishmaniose.
- Programa de Atendimento Oftalmológico.
- Programa de Doação de Óculos.

-
- Programa do Epiléptico.
 - Programa de Farmácia Básica Municipal.
 - Programa Mãe-Gestante.
 - Programa Nacional de Imunização - PNI.
 - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher.

EDUCAÇÃO

- Programa de Merenda Escola.
- Programa Bolsa Escola.
- Transporte Escolar.
- Programa de Capacitação.
- Programa de Educação de Jovens e Adultos.
- Programa do Ensino Fundamental.
- Formação Continuada de Professores.

5.3.5 ANÁLISE INTEGRADA

a. Organização e Dinâmica Territorial

A compreensão da atual organização e dinâmica territorial da região objeto deste estudo é função, necessariamente, da observação do processo de ocupação de áreas nos limites dos municípios, processo esse responsável pela redefinição de novas regionalizações agrícolas e agrárias, provocadoras de significativas transformações nas redes urbanas locais e regional.

Neste contexto, a interiorização do complexo agro-industrial que, até meados dos anos 80, esteve preferencialmente nas regiões Sul e Sudeste, impulsionou o crescimento, nas áreas de expansão mais dinâmica, de centros urbanos que passaram a concentrar uma oferta mais diversificada de serviços, especialmente aqueles voltados para a modernização do setor agrícola e para o consumo dos segmentos médios emergentes nesse processo.

Assim, quando o capital aplicável começou a tecer outras relações entre agricultura e indústria, novos fluxos interregionais se estabeleceram e modificaram a antiga dinâmica do mercado e da organização espacial da região. Em linhas gerais, pode-se

entender que o crescimento e a expansão do município de Catalão, nas últimas décadas, ocorreram nestes marcos, juntamente com o processo típico dos ciclos das atividades mineradoras (década de 70).

Considerando que, até a década de 60, toda a área da bacia do rio São Marcos era um vazio demográfico, onde predominavam a pecuária extensiva e as atividades extrativistas, e que as relações desse espaço com os centros comerciais do país eram muito incipientes, tem-se, quando da caracterização da atual dinâmica territorial desse espaço, a observação de dois fatores determinantes para a modificação desse quadro: (i) a construção de Brasília, a nova Capital Federal; e (ii) as políticas de valorização das áreas do Cerrado. No âmbito destas referências, a organização e a dinâmica territorial da área de estudo podem ser apreciadas em dois vetores básicos, a seguir descritos.

- primeiro vetor é articulado à Capital Federal, com a rede urbana caminhando a partir de Cristalina (GO) e Paracatu (MG). Por esse eixo, circula uma quantidade significativa de serviços, mercadorias e população. E por ele, principalmente, escoam grande parte da população migrante que não consegue se fixar na capital e busca alternativas de mercado de trabalho. É importante destacar que, na realidade, a distribuição do saldo migratório de Brasília, remanescente das décadas de 70 e 80, tende a extrapolar os limites territoriais das cidades-satélites e alcançar os espaços goianos e do noroeste mineiro.
- segundo eixo é o representativo da organização e da dinâmica territorial da área; abrange os municípios de Ipameri, Campo Alegre, Davinópolis e Catalão e observa um processo de polarização no qual a cidade de Catalão destaca-se como receptora das demandas dos demais municípios, ao mesmo tempo que tem no município de Uberlândia sua principal referência para o acesso aos centros regionais do país. Dispondo espacialmente de uma situação privilegiada nos termos da malha viária disponível, o município de Catalão tende a orientar a dinâmica territorial dessa área, seja no que se refere à oferta de melhores serviços urbanos, seja no que tange ao maior dinamismo de suas atividades econômicas. Neste caso, a expansão do espaço de produção agrícola, ou seja, da fronteira agrícola, vem ocorrendo mediante a incorporação de novas áreas ao processo produtivo, com o distrito de Santo Antônio do Rio Verde sendo ilustrativo dessa situação. Isso vem imprimindo no território novas formas de ocupação e uso da terra.

Um olhar mais atento sobre a área de estudo permite constatar a existência de intensidades diferenciadas de organização e dinâmica territorial, com a funcionalidade da rede urbana ocorrendo a partir de pólos hierarquizados. Esses pólos, de um lado, concentram, na cidade de Catalão e no conjunto de relações que ela estabelece para fora dos limites territoriais regionais, as demandas da porção centro-sul da área de estudo e, de outro, na cidade de Brasília, as demandas da porção norte da área de

estudo - municípios de Paracatu e Cristalina. A conexão entre as rodovias GO-301, que atravessa a área de estudo no sentido longitudinal em direção ao município mineiro de Paracatu, e GO-506 possibilita o escoamento de grãos produzidos nas áreas de Chapada, enquanto que a BR- 050 cumpre a tarefa de cortar a área de estudo promovendo a ligação entre Uberlândia e Brasília.

Cabe destacar que ambos os fluxos de polarização se movimentam no sentido de atender às demandas pertinentes aos processos de circulação de mercadorias, serviços e população que, nessa região, encontram-se afinados ainda com o movimento de expansão da fronteira agrícola em maior ou menor intensidade.

Para finalizar, tem-se que uma das faces da dinâmica acima mencionada pode ser apreciada nas mudanças ocorridas nos modos de vida até então predominante na zona rural. Nesse sentido, a região começa a experimentar contradições típicas de espaços nos quais a atividade agrícola tradicional começa a perder espaço, face à expansão das atividades agro-industriais modernas - as áreas urbanas crescem e são pressionadas devido a sua incapacidade de geração de empregos suficientes para absorver a mão-de-obra liberada nas áreas rurais.

Tem-se, então, um quadro no qual a agricultura da soja encontrou os espaços livres de que necessitava nas terras ociosas das fazendas de pecuária e se instalou. Dada a racionalidade que orienta sua produção, deu início a um processo de concentração fundiária em níveis de médias e grandes propriedades. Com isso, as pequenas unidades de proprietários e os ocupantes ou parceiros de terras começaram a desaparecer, fazendo com que esses trabalhadores rumassem para a cidade ou para outras áreas rurais.

Conforme já mencionado, a região, a partir desse momento, começou a experimentar o movimento de trabalhadores no sentido campo–cidade–campo, uma vez que o mercado de trabalho urbano não oferece condições imediatas de absorção dessa mão-de-obra. Com exceção da cidade de Catalão, onde os níveis de absorção tendem a ser maiores, nas demais cidades, segundo informações coletadas, os crescentes índices de desemprego vêm pressionando as Prefeituras.

É importante destacar que, com relação ao trabalhador rural, este, mesmo na cidade de Catalão, encontra dificuldades de adaptação às atividades tipicamente urbanas. A agricultura comercial, embora mecanizada e poupadora de mão-de-obra, é racionalizadora do nível de emprego, estocando-a para ocupá-la em certas épocas do ano, na colheita e no preparo da terra. Surge, então, uma rotina na qual esse trabalhador circula, ocupando-se eventualmente como força de trabalho braçal ou engrossando a fila do desemprego na cidade, e retorna à zona rural como temporário, ou bóia-fria, residente na periferia das cidades.

b. Identidades Espaciais

A partir da análise socioeconômica integrada da Área de Influência Direta do empreendimento (AID), foram identificadas as seguintes Identidades Espaciais, caracterizando a região dos estudos:

- **Unidade Espacial I**, marcada pela presença de grandes e médias propriedades que ocupam a região de topografia mais acidentada e desenvolvem basicamente atividades agropecuárias e extrativistas;
- **Unidade Espacial II**, caracterizada pela ocupação das faixas de transição entre as encostas e a chapada, onde predominam as atividades agrícolas modernas;
- **Unidade Espacial III**, integrada pelas “comunidades” constituídas a partir de vínculos de parentesco e com estreita dependência dos mesmos (Anta Gorda e Rancharia);
- **Unidade Espacial IV**, constituída por minifúndios que desenvolvem basicamente a agricultura de subsistência e que, na maioria dos casos, pertencem a trabalhadores das médias e grandes propriedades (a maioria responde pela ocupação das margens dos córregos);
- **Unidade Espacial V**, de caráter pontual, que corresponde aos chamados “ranchos de pesca”, voltados para atividades de lazer;
- **Unidade Espacial VI**, que corresponde ao Assentamento do INCRA Vista Alegre, no município de Cristalina.

5.3.6 POPULAÇÕES INDÍGENAS

Em função dos levantamentos de campo e dos estudos realizados, pode-se afirmar que não há populações indígenas na Área de Influência Direta do empreendimento.

